

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA
CAMPUS SANTANA DO LIVRAMENTO
BACHARELADO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

THOMAS SIMON MASIEIRO

**RECURSOS ENERGÉTICOS COMO FERRAMENTA DE POLÍTICA
EXTERNA NAS RELAÇÕES MOSCOU-BRUXELAS (2000-2018)**

**Santana do Livramento
2019**

THOMAS SIMON MASIEIRO

**RECURSOS ENERGÉTICOS COMO FERRAMENTA DE POLÍTICA
EXTERNA NAS RELAÇÕES MOSCOU-BRUXELAS (2000-2018)**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado como requisito parcial para
obtenção do grau de Bacharel em
Relações Internacionais pela Universidade
Federal do Pampa- UNIPAMPA

Orientador: Prof. Dr. Flávio Augusto Lira
Nascimento

Santana do Livramento

2019

Ficha catalográfica elaborada automaticamente com os dados fornecidos
pelo(a) autor(a) através do Módulo de Biblioteca do
Sistema GURI (Gestão Unificada de Recursos Institucionais) .

S397r Simon Masieiro, Thomas
Recursos energéticos como feramenta de política externa nas
relações Moscou-Bruxelas(2000-2018) / Thomas Simon Masieiro.
84 p.

Trabalho de Conclusão de Curso(Graduação)-- Universidade
Federal do Pampa, RELAÇÕES INTERNACIONAIS, 2019.
"Orientação: Flávio Augusto Lira Nascimento".

1. Rússia. 2. Energia. 3. União Europeia. I. Título.

THOMAS SIMON MASIEIRO

**RECURSOS ENERGÉTICOS COMO FERRAMENTA DE POLÍTICA
EXTERNA NAS RELAÇÕES MOSCOU-BRUXELAS (2000-2018)**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado como requisito parcial para
obtenção do grau de Bacharel em
Relações Internacionais pela Universidade
Federal do Pampa- UNIPAMPA

Orientador: Prof. Dr. Flávio Augusto Lira
Nascimento

Trabalho de Conclusão de Curso avaliado e aprovado em 27/11/2019.

Banca examinadora:

Prof. Dr. Flávio Augusto Lira Nascimento
Orientador
(UNIPAMPA)

Profa. Dra. Lucélia Ivonete Juliani
(UNIPAMPA)

Msc. Túlio César Bunder
(UFABC)

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, Nereu e Jacinta, pelo amor incondicional, incentivo e suporte. Espero um dia chegar perto de retribuir todo o amor e cuidados que vocês têm me dedicado.

Aos amigos: Adam, Daniel, Fernando, Guilherme, José, Renan, Thomas, Samara e Vitória por aguentarem as inúmeras reclamações e pelo apoio durante a minha formação acadêmica. Aprendi muito com vocês. Obrigado pelas risadas, pelo carinho e pela parceria. Livramento seria totalmente diferente sem vocês.

Aos professores, obrigado pelos ensinamentos e pela dedicação para nos dar a melhor formação possível. Em especial, agradeço a meu orientador Prof. Dr. Flávio Lira, pela orientação, pelo empenho e principalmente por todos os conhecimentos compartilhados. É motivo de orgulho para mim ter sido aluno dessa universidade.

Por último, agradeço por todos que direta ou indiretamente fizeram parte dessa jornada. Esses quatro anos ficarão para sempre marcados na minha memória como uma das melhores experiências da minha vida.

“There is a theory which states that if ever anyone discovers exactly what the Universe is for and why it is here, it will instantly disappear and be replaced by something even more bizarre and inexplicable. There is another theory which states that this has already happened.”

(Douglas Adams)

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo entender de que maneira a Rússia utilizou seus recursos energéticos como ferramenta de política externa durante o período de 2000 a 2018 nas relações com a União Europeia. Com esse propósito, analisamos a cadeia produtiva de hidrocarbonetos da Rússia, a dependência da União Europeia por esses recursos e a relação desses atores no âmbito internacional. Desse modo, podemos entender de que forma a Rússia consegue utilizar sua preponderância energética como arma política e suas consequências. De maneira a cumprir com o objetivo de pesquisa, este trabalho utilizará o método hipotético-dedutivo com uma abordagem qualitativa, abordando questões históricas, diplomáticas, políticas e econômicas do período elencado. Nessa pesquisa, concluímos que o aumento das capacidades matérias do Estado Russo, obtidas com o crescimento das exportações de hidrocarbonetos e utilizando os recursos energéticos como ferramenta de política externa aumentaram o poder relativo da Rússia. Esses fatores permitiram a consolidação de uma política externa mais combativa em relação a UE, ainda limitada na dependência econômica russa para com o bloco, porém trazendo benefícios para o Kremlin e aumentando a relevância da Rússia no Sistema Internacional.

Palavras-chave: Rússia. Energia. União Europeia.

ABSTRACT

This work aims to understand how Russia used its energy resources as a foreign policy tool during the period of 2000 to 2018 in its relations with the European Union. To this end, we analyze the Russian hydrocarbon production chain, the European Union's dependence on these resources and the relationship of these actors internationally. In this way we can understand how Russia uses its energy preponderance as a political weapon and its consequences. In order to fulfill the research objective, this work will use the hypothetical-deductive method with a qualitative approach, addressing historical, diplomatic, political and economic issues of the listed period. In this research, we concluded that the increased capacities of the Russian state, obtained from the growth of hydrocarbon exports and by using energy resources as a foreign policy tool, increased Russia's relative power. These factors allowed the consolidation of a more combative foreign policy towards the EU, still limited in Russia's economic dependence on the bloc, but bringing benefits to the Kremlin and increasing Russia's relevance in the International System.

Keywords: Russia. Energy. European Union.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Produção e Consumo de Gás Natural na Rússia (1992-2015)	32
Figura 2 - Produção e Consumo de Petróleo na Rússia (1992-2016)	33
Figura 3 - Exportações russas de gás natural por destino (2016)	33
Figura 4 - Exportações russas de petróleo por destino (2016)	34
Figura 5 - Principais oleodutos da Federação Russa	36
Figura 6 - O Sistema de Abastecimento de Gás	38
Figura 7 - Os Hidrocarbonetos nas Exportações Russas	39
Figura 8 - Renda Russa advinda de Petróleo e Gás Natural	40
Figura 9 - Produção primária de energia por tipo de combustível na UE (1990-2017)	42
Figura 10 - Consumo por tipo de energia na União Europeia (2018)	43
Figura 11 - Importações de produtos energéticos da UE (1990-2017)	44
Figura 12 - Origem das importações de petróleo da UE (2017-2018)	45
Figura 13 - Origem das importações de gás natural da UE (2017-2018)	45
Figura 14 - Grau de dependência energética da UE (2007-2017)	46
Figura 15 - O Southern Gas Corridor	49
Figura 16 - Preço do Barril de Petróleo (1980-2018)	50
Figura 17 - Crescimento do PIB Russo (1990-2018)	51
Figura 18 - Projetos dos gasodutos South Stream e Nabucco	56

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Produção de Petróleo da Rússia por região (2016)	35
Tabela 2 - Produção de Petróleo da Rússia por empresa (2016)	35
Tabela 3 - Produção de Gás Natural da Rússia por região (2016)	37
Tabela 4 - Porcentagem da Rússia nas importações dos membros da UE (2018)	47
Tabela 5 - Participação da Gazprom em ativos no setor de energia	55
Tabela 6 - Utilização da energia como ferramenta política pela Rússia	60

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
1 ESTRUTURA TEÓRICA	14
1.1 Realismo Defensivo	14
1.2. Realismo Ofensivo	16
1.3 Realismo Neoclássico	21
1.4 Segurança Energética e o Neorrealismo	22
2 OS RECURSOS ENERGÉTICOS DA RÚSSIA	29
2.1 Fim da URSS e governo Yeltsin	29
2.2 Reforma da Cadeia produtiva	30
2.3 A cadeia produtiva russa de hidrocarbonetos	32
3 A CODEPENDÊNCIA UE-RÚSSIA	42
3.1 Dependência energética da União Europeia	42
3.2 Dependência econômica russa em relação à UE	49
3.3 Reflexos da dependência	52
4 RECURSOS ENERGÉTICOS COMO FERRAMENTA DE POLÍTICA EXTERNA	54
4.1 A arma energética russa	54
4.2 A arma energética russa na UE	64
CONSIDERAÇÕES FINAIS	69
REFERÊNCIAS	72
Anexo 1 – O Sistema de Fornecimento de Gás Unificado	81
Anexo 2 - Tabela de Conversão de Unidades	82

INTRODUÇÃO

A partir do ano 2000 a Rússia tem ganhado maior relevância como ator do Sistema Internacional. Com a queda da União Soviética e as crises políticas e econômicas que se sucederam nos anos 1990, vê-se um ressurgimento do poder russo sob o governo de Putin. Essa guinada foi em grande parte influenciada pela condução da política energética russa, com a reformulação da cadeia produtiva de petróleo e gás natural, o que levou à reestatização de importantes empresas como a Gazprom, que detém o monopólio na exportação de gás natural, e a Rosneft, a maior produtora de petróleo da Rússia. Essas reformas foram importantes para consolidar o país como uma potência energética, que sob a liderança de Putin, busca alavancar a condição do país para uma superpotência global.

Essa inserção da energia como um tema de *high politics* não é recente. Vale ressaltar que questões relativas à energia impactam não somente agentes econômicos mas também políticos, securitários e ecológicos, o que elevou a importância desse tópico. Isso influencia os Estados a procurarem mecanismos para assegurar segurança energética, buscando fornecedores confiáveis ou tentando a autossuficiência energética, onde um Estado consegue produzir toda a energia que necessita consumir domesticamente. Isso pode ser feito utilizando as energias não-renováveis, que são atualmente mais baratas, porém danosas ao meio ambiente— como por exemplo o petróleo e o gás natural— ou as energias renováveis, como eólica e solar.

Na Rússia essa questão continua sendo de grande relevância não só para o governo, mas também para a população em geral, que sofrem repercussões diretas de uma economia que é bastante atrelada às exportações de hidrocarbonetos. Na Europa o tema não é menos importante, haja vista que a dependência energética do bloco europeu está diretamente ligada ao dia-a-dia da população, onde qualquer mudança atinge direta ou indiretamente toda a sociedade civil europeia.

Nesse sentido, temos o nosso problema de pesquisa que busca responder quais são os principais impactos geopolíticos do uso dos recursos energéticos como ferramenta de política externa russa na União Europeia durante o período de 2000 a 2018. A **hipótese** é que o aumento das capacidades materiais do Estado russo, obtidas com o crescimento das exportações dos recursos energéticos, proporcionou

uma ampliação do poder relativo do Estado, que por sua vez, contribuiu para uma maior combatividade da política externa russa em relação à UE entre 2000 e 2018.

Segundo dados da Eurostat (2019c), 27,3% do petróleo e 40,2% do gás natural importado pela União Europeia (UE) veio da Rússia, que é o terceiro maior produtor mundial de petróleo (11.4 milhões de barris/dia) e o segundo maior produtor mundial de gás natural (669 bilhões de metros cúbicos) (BP, 2019). Além disso, o país é o maior exportador de petróleo e gás natural, correspondendo a 12,7% e 20,4%, respectivamente, do total mundial. Outrossim, o país detém 6,3% das reservas mundiais de petróleo e 18,1% das reservas mundiais de gás natural (BP, 2019).

Esses fatores contribuíram para uma maior combatividade da política externa russa em relação à União Europeia nos últimos anos, em um cenário no qual a Rússia utiliza dessa sua vantagem geopolítica para buscar ganhos políticos e econômicos. Isso é causado em boa parte porque há uma dificuldade por parte da UE em buscar outros fornecedores de gás natural e a dificuldade ou custos de trocar essa modalidade energética por outras.

Primeiramente, a maior parte do gás natural chega na UE através de gasodutos, uma infraestrutura que tem um investimento inicial caro mas é muito eficiente. Para diminuir a sua dependência em relação ao gás, a UE tem algumas estratégias que visam a diversificação dos fornecedores dessa matéria prima, importando gás natural liquefeito (GNL) ou focando em outras matrizes energéticas como a energia eólica ou solar. Isso traz uma dificuldade razoável ao bloco, visto que o GNL além de ter um custo superior, necessita de uma infraestrutura específica, que são os terminais de regaseificação, que por sua vez necessita de um local específico.

Em relação a tentativa de diversificação das matrizes energéticas tem-se o problema que as energias renováveis servem predominantemente para a produção de energia elétrica, ao contrário do gás que serve para aquecimento e produção industrial, por exemplo. Essa situação coloca a UE em uma condição de dependência relevante, deixando o continente em uma inércia difícil de superar e abrindo espaço para a Federação Russa buscar ganhos econômicos e geopolíticos utilizando de seus recursos energéticos como ferramenta de política externa.

A partir desse trabalho, busca-se contribuir para o debate acadêmico, esperando ser útil para pesquisas relativas à área das Relações Internacionais. É pertinente ressaltar que um bom entendimento dos fatos que manifestam influência nas relações energéticas contribui ou é até mesmo essencial para o estudo de outras

áreas complementares, como no que se refere a temas de Segurança Internacional e Geopolítica.

No tocante ao objeto estudado, o entendimento de como a energia é utilizada como ferramenta de Estado, mais especificamente como ferramenta de política externa, contribui para analisarmos de maneira mais completa as estratégias que levam o Kremlin a buscar um status de superpotência e por conseguinte a um Sistema Internacional multipolar. Se aglutinadas a análises que abordam outros escopos, levando em conta os impactos do crescimento do aparato militar da Rússia, ou a importância de Putin, por exemplo, levam o debate a um patamar mais elevado e contribuem para um melhor entendimento das Relações Internacionais.

Segundo Wenger (2009), a política energética se tornou inseparável da política externa e os estados produtores e consumidores não podem mais separar suas políticas energéticas da sua política externa e de sua política securitária. Nessa lógica, a questão energética está intrinsecamente ligada às estratégias de qualquer Estado e, portanto, seu estudo é necessário para entender fenômenos não só regionais mas também globais, como em conflitos. Nesse sentido Peters (2004) argumenta que, com a diminuição da produção dos combustíveis fósseis, os conflitos por recursos energéticos serão cada vez mais difíceis de evitar.

[...] when the effects of global decline of oil production become visible after 2010, and when an increasing number of countries have to import an increasing amount of fossil fuels from a dwindling reserve base, it will be difficult to avoid conflicts over the distribution of this invaluable and indispensable resource (PETERS, 2004, p. 208)¹

Isso será uma nova ameaça à segurança global e espera-se que este estudo possa ser útil para um melhor entendimento desses fenômenos, contribuindo para pesquisas no campo das Relações Internacionais e áreas afins.

Para nos orientar nesta pesquisa, traçamos um **objetivo geral**, que busca analisar de que forma a Rússia utilizou os recursos energéticos como ferramenta de política externa nas relações com a União Europeia durante os governos Putin (2000-2008; 2012-2018) e Medvedev (2008-2012). Com este propósito temos os **objetivos específicos** que nos auxiliarão a: identificar os principais recursos energéticos, sua exploração e sua indústria na Rússia, apresentando sua relevância político-

¹Quando os efeitos do declínio da produção de petróleo se tornarem visíveis depois de 2010, e quando um número crescente de países tiverem que importar uma quantidade crescente de combustíveis fósseis de uma base de reserva cada vez menor, será difícil evitar um conflito sobre a distribuição desse inestimável recurso indispensável (tradução nossa).

econômica, principalmente através da participação das grandes empresas desse setor; estudar as ações de Vladimir Putin para a reformulação da Política Energética russa; analisar a codependência energética entre a União Europeia e a Federação Russa; e compreender de que forma a Federação Russa se utiliza de sua preponderância energética como ferramenta de Política Externa.

De modo a desenvolver esta pesquisa, este trabalho está estruturado em quatro capítulos. No primeiro, será elaborado um arcabouço teórico, utilizando correntes do Realismo e conceitos que nos ajudam a explicar a maneira que os Estados atuam no Sistema Internacional. No segundo capítulo será exposto como se organiza a cadeia produtiva russa de hidrocarbonetos, as reformas centralizantes de Putin que recolocaram nas mãos do Estado o controle dos hidrocarbonetos e a dependência russa por esses produtos. No capítulo 3 será analisada a codependência Moscou-Bruxelas no que diz respeito os recursos energéticos, mostrando seu significado e suas implicações. No último capítulo, ilustraremos como a Rússia utiliza seus recursos energéticos como ferramenta de política externa e de que forma ela emprega essas ferramentas na União Europeia.

Nesse sentido, serão abordadas questões históricas, diplomáticas, políticas e econômicas do período de 2000 a 2018 com foco nos desdobramentos e influências que estes tiveram nas relações entre Moscou e Bruxelas.

A pesquisa seguirá um caráter exploratório, definida por Gil (2002, p.41) como tendo por “objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a constituir hipóteses”. Além disso, o autor coloca como propósito “o aprimoramento de idéias ou a descoberta de intuições.”(GIL, 2002, p.41).

O trabalho utilizará uma abordagem qualitativa, que é uma metodologia que

não requer o uso de métodos e técnicas estatísticas. O ambiente natural é a fonte direta para coleta de dados e o pesquisador é o instrumento-chave. Tal pesquisa é descritiva. Os pesquisadores tendem a analisar seus dados indutivamente. O processo e seu significado são os focos principais de abordagem.”(PRODANOV E FREITAS, 2013, p.70)

O método de abordagem será o Hipotético-dedutivo que segundo Lakatos e Marconi (2003, p.106), “se inicia pela percepção de uma lacuna nos conhecimentos, acerca da qual formula hipóteses e, pelo processo de inferência dedutiva, testa a predição da ocorrência de fenômenos abrangidos pela hipótese”. O trabalho será alicerçado na pesquisa bibliográfica, que segundo Gil (2002, p.44) “é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos

científicos”. Nessa perspectiva, serão utilizados relatórios de agências especializadas em energia, notícias, teses, dissertações, documentos oficiais, livros e periódicos que possibilitem o estudo do tema.

Neste trabalho concluímos que o aumento das capacidades materiais do Estado russo —obtidas com o crescimento das exportações dos recursos energéticos — em conjunto com a mudança da percepção dos fazedores de política desse país, que compreenderam que poderiam utilizar esses recursos como arma política, proporcionaram uma ampliação do poder relativo do Estado. Isso, por sua vez, contribuiu para uma maior combatividade da política externa russa em relação à UE entre 2000 e 2018, confirmando a hipótese do trabalho.

1 ESTRUTURA TEÓRICA

1.1 Realismo Defensivo

A teoria de Waltz apresenta três níveis de análise, ditas imagens, que podem ser usadas para compreender as causas da guerra. De acordo com a primeira imagem o autor defende que o “local das causas importantes da guerra reside na natureza e no comportamento do homem” (WALTZ, 2004, p. 23). Nesse sentido, as causas fundamentais da guerra resultam do egoísmo e também da estupidez. Para eliminar a guerra basta, portanto, mudar a psique do homem.

A segunda imagem diz respeito a estrutura interna dos estados e como suas características —organização político-econômica, ideologia, instituições— as deixam mais ou menos propensas a conflitos. Segundo o autor ela determina “não só a forma e o uso da força militar mas o comportamento exterior em geral (WALTZ, 2004, p. 156). Nessa lógica, o autor coloca que a maneira que o Estado se organiza é chave para a compreensão da guerra e da paz.

Uma explicação do tipo da segunda imagem é ilustrada a seguir. A guerra promove muitas vezes a unidade interna de cada Estado envolvido. O Estado acossado por lutas internas pode então, em vez de esperar um ataque acidental, buscar a guerra que trará a paz interna (WALTZ, 2004, p. 103).

Nesses termos portanto, para se eliminar a guerra, deve-se mudar o comportamento dos Estados, que mudaria a estrutura doméstica e faria com que os problemas de âmbito externo (conflitos) fossem abolidos.

A terceira imagem trata da anarquia do Sistema Internacional. Isto é, a ausência de uma autoridade acima dos Estados para prevenir e conciliar os conflitos.

Com tantos Estados soberanos, sem um sistema jurídico que possa ser imposto a eles, com cada Estado julgando suas queixas e ambições segundo os ditames de sua própria razão ou de seu próprio desejo, o conflito, que por vezes leva à guerra, está fadado a ocorrer (WALTZ, 2004, p. 197).

Nessa lógica, na visão do autor, os conflitos acontecem porque não há nada que os impeçam, como não há uma unidade que possa impor sanções legítimas aos Estados os conflitos se tornam inevitáveis. Nas palavras do autor: “Na ausência de uma autoridade suprema, há portanto a possibilidade constante de que os conflitos venham a ser resolvidos mediante a força” (WALTZ, 2004, p. 232).

É relevante ressaltar que, para Waltz, nenhuma imagem sozinha consegue descrever com totalidade a estrutura da política mundial e as forças envolvidas nela.

A terceira imagem descreve a estrutura da política mundial, mas sem a primeira e a segunda imagens não pode haver conhecimento das forças que determinam a política; a primeira e a segunda imagens descrevem as forças

presentes na política mundial, mas sem a terceira é impossível avaliar a importância ou prever os resultados dessas forças (WALTZ, 2004, p. 295).

Isso nos deixa claro o caráter sistêmico de seu pensamento, não se baseando somente nas irracionalidades do homem ou nos defeitos nos Estados e mostrando os condicionantes da estrutura no nível do Estado.

Com base nesses níveis de análise Waltz parte do pressuposto que a anarquia levará a competição, visto que os Estados buscam a sobrevivência e não há uma autoridade que poderia evitar esses conflitos. Esse é o conceito de auto-ajuda, onde cada Estado só pode contar consigo mesmo para manter sua sobrevivência. Como não há um ator supranacional, o que mantém a estabilidade do Sistema é a Balança de Poder.

Os Estados podem tanto cooperar como competir, e, mesmo quando a competição se torna mais importante do que a cooperação, seus objetivos domésticos podem mitigar a competição externa entre eles. Ainda assim, se a sobrevivência for um dos objetivos do Estado, aquele que ignorar as considerações do equilíbrio de poder quando os outros não as ignorarem é análogo ao jogador que se recusa a entrar numa coalizão - afinal, o que é um equilíbrio de poder senão uma série de coalizões em que os momentaneamente em desvantagem se associam e reassociam para prevenir a ascensão (a vitória no jogo) do país ou da coalizão adversários? (WALTZ, 2004, p. 254-255).

O equilíbrio de poder é, portanto, uma tendência sistêmica que ocorre alheia a vontade dos Estados. Nesse sentido Waltz coloca que há duas categorias onde o Estado consegue ganhar poder: 1) esforços internos, como aumentar a capacidade econômica e a força militar; e 2) esforços externos, fortalecendo as alianças para enfraquecer seu oponente (WALTZ, 1979, p. 164).

Um ator pode tentar ampliar seu poder no Sistema, conquistando territórios por exemplo, mas isso fará com que os outros atores busquem contrabalancear esse desequilíbrio. Isso acontece porque o objetivo final dos Estados é garantir sua segurança, e devido às características do Sistema, o melhor modo de fazer isso é contrabalanceando o agressor.

Para evitar a insegurança causada pela grande acumulação de poder Waltz recomenda que “cabe ao Estado que deseja tanto a paz como a segurança não vir a ser demasiado forte nem demasiado fraco” (WALTZ, 2004, p. 274). Em outras palavras:

os Estados devem acumular apenas um montante adequado de poder, pois o comportamento mais racional é buscar poder e alianças suficientes para manter a própria segurança, em vez de buscar sempre mais poder e influência, estratégia que não é considerada racional (JATOBÁ, 2012, p. 32).

O autor sistematiza dois mecanismos nos quais a estrutura do sistema constrange e limita os Estados: a socialização e a competição.

A socialização impõe padrões de ação aceitáveis, significando que outros tipos de ação são inaceitáveis. É a estrutura (seja a família, a tribo, a sociedade ou o sistema internacional) que indica aos agentes aquilo que é aceitável e aquilo que não é aceitável. Isso não significa que os agentes não possam fazer o que não é aceitável, mas que, ao agir daquela maneira, serão marginalizados ou sancionados de alguma forma. A competição funciona de maneira complementar à socialização, sem que nenhum dos dois mecanismos tenha preferência ou antecedência em relação ao outro. O mecanismo da competição faz com que as ações dos mais bem sucedidos sejam imitadas pelos demais. Assim, há uma reprodução de um padrão de ação na busca do sucesso, determinado em termos de permanência do jogo, isto é, de contínua participação nele (NOGUEIRA e MESSARI, 2005, p. 44).

Fica claro, portanto, o quanto a estrutura consegue moldar as ações do Estado, constrangendo-o e fazendo que este molde seus objetivos de acordo com as limitações proposta pelo sistema, onde o “jogo que [o Estado] tem que ganhar é definido pela estrutura, que determina o tipo de jogador que é mais suscetível a prosperar (WALTZ, 1979, p. 92). Em suma, as regras do jogo são dadas pelo sistema e os Estados que melhor se adaptarem serão os Estados que farão melhor uso desse tabuleiro.

1.2. Realismo Ofensivo

No realismo ofensivo de Mearsheimer existem cinco suposições que nos auxiliam a entender porque os Estados querem poder. A primeira é que as grandes potências são os principais atores e eles estão inseridos em um Sistema Internacional anárquico onde não há uma organização hierarquizada ou um “Governo de governos”.

The first assumption is that great powers are the main actors in world politics and they operate in an anarchic system. This is not to say that the system is characterized by chaos or disorder. Anarchy is an ordering principle; it simply means that there is no centralized authority or ultimate arbiter that stands above states. The opposite of anarchy is hierarchy, which is the ordering principle of domestic politics (MEARSHEIMER, 2006. p.76).²

A segunda suposição trata que todos os Estados têm alguma capacidade militar ofensiva, e podem, portanto, causar danos em algum grau a seus vizinhos. Nas palavras do autor: “*The second assumption is that all states possess some offensive*

² A primeira suposição é que as grandes potências são os principais atores na política mundial e que eles operam em um sistema anárquico. Isso não é pra dizer que o sistema é caracterizado por caos ou desordem. Anarquia é um princípio de ordenamento; simplesmente significa que não há uma autoridade central ou árbitro legítimo que fica acima dos estados. O oposto de anarquia é hierarquia, que é o princípio ordenador da política doméstica (tradução nossa).

military capability. Each state, in other words, has the power to inflict some harm on its neighbour" (MEARSHEIMER, 2006. p.79).³

A terceira suposição fala que os Estados nunca podem ter certeza da intenção dos outros Estados.

"States ultimately want to know whether other states are determined to use force to alter the balance of power (**revisionist state**), or whether they are satisfied enough with it that they have no interest in using force to change it (**status quo state**)" (MEARSHEIMER, 2006. p.79).⁴

Isso traz insegurança para os governantes que vão responder buscando cada vez mais poder, porque quanto mais poder em relação a seus rivais, maiores as chances de sobrevivência (MEARSHEIMER, 2006).

A quarta suposição é que o principal objetivo do Estado é a sobrevivência, isso significa manter a integridade territorial e a autonomia da ordem política doméstica. "*[States] can pursue other goals like prosperity and protecting human rights, but those aims must always take a back seat to survival, because if a state does not survive, it cannot pursue those other goals*" (MEARSHEIMER, 2006. p.80).⁵ A quinta suposição trata que Estados são racionais, ou seja, eles são capazes de elaborar estratégias que vão maximizar suas chances de sobrevivência.

Todas essas suposições reforçam a ideia do autor de que o Sistema Internacional força os Estados a agirem de forma a garantir sua segurança. Como não há uma autoridade supra estatal que pode proteger os Estados de se atacarem, é mais interessante adquirir poder e não depender dos outros para superar o medo e garantir sua segurança. Segundo o autor: "*States have no choice but to put their own interests ahead of the interests of other states as well as the so-called international community*" (MEARSHEIMER, 2006. p. 80).⁶

Com essas suposições Mearsheimer sugere que os Estados vão buscar maximizar seu poder relativo, pois esta é a melhor forma de garantir a sua segurança.

³ A segunda suposição é que todos os Estados possuem alguma capacidade militar ofensiva. Cada Estado, em outras palavras, tem o poder de infligir dano a algum vizinho (tradução nossa).

⁴ Em última análise, os Estados querem saber se outros Estados estão determinados a usar a força para alterar o equilíbrio de poder (Estado revisionista) ou se eles estão satisfeitos o suficiente com esse equilíbrio que eles não têm interesse em usar a força para mudá-lo (Estado status quo) (tradução nossa).

⁵ [Estados] podem perseguir outros objetivos como prosperidade e proteção dos Direitos Humanos, mas esses propósitos devem sempre ficar em segundo plano comparado à sobrevivência, porque se um Estado não sobrevive, ele não pode buscar esses outros objetivos (tradução nossa).

⁶ Estados não têm escolha senão colocar seus próprios interesses na frente dos interesses dos outros Estados assim como dos interesses da chamada comunidade internacional (tradução nossa)

Given the difficulty of determining how much power is enough for today and tomorrow, great powers recognize that the best way to ensure their security is to achieve hegemony now, thus eliminating any possibility of a challenge by another great power. Only a misguided state would pass up an opportunity to be the hegemon in the system because it thought it already had sufficient power to survive (MEARSHEIMER, 2001. s.p).⁷

Essa lógica é o que vai conduzir a ação dos Estados no Sistema Internacional e uma vez que os Estados veem o Sistema como um jogo de soma zero, eles vão buscar alterar a balança de poder a seu favor, ganhando poder relativo ou evitando que outros ganhem poder.

Mearsheimer cita quatro estratégias que Estados utilizam para adquirir poder, elas são: guerra, chantagem, *bait and bleed* e *bloodletting*. Com a primeira o Estado ganha poder principalmente por conta da conquista territorial, explorando recursos por exemplo. Na chantagem o Estado ameaça utilizar seu poder militar em um rival, e se funcionar é preferível à guerra, pois os custos são muito menores. A estratégia do *bait and bleed* acontece quando um Estado faz com que dois rivais entrem em uma guerra prolongada, se desgastando, enquanto a força militar do primeiro Estado se mantém intacta. No *bloodletting* a estratégia é contribuir para que alguma guerra que esteja acontecendo entre rivais se prolongue, enfraquecendo os rivais enquanto fica fora do conflito (MEARSHEIMER, 2001).

Haja vista que o Sistema Internacional é visto como um jogo de soma zero, é difícil um Estado aumentar suas chances de sobrevivência sem ameaçar a sobrevivência de outros Estados. Esse é o conceito de Dilema de Segurança.

The essence of the dilemma is that the measures a state takes to increase its own security usually decrease the security of other states. Thus, it is difficult for a state to increase its own chances of survival without threatening the survival of other states (MEARSHEIMER, 2001. s.p).⁸

Isso vai levar a um “mundo de constante competição securitária, onde Estados estão dispostos a mentir, trapacear, e usar força bruta se isso ajudar eles a ganhar vantagem sobre seus rivais”, onde a paz, definida por um conceito de “estado de tranquilidade ou acordo mútuo”, não é provável (MEARSHEIMER, 2001. s.p).

⁷ Dado a dificuldade em determinar quanto poder é suficiente para hoje e amanhã, grandes potências reconhecem que a melhor maneira de assegurar sua segurança é alcançar a hegemonia agora, assim eliminando qualquer possibilidade de uma contestação por outro grande potência. Somente um estado ignorante iria passar a oportunidade de ser um hegemon no sistema porque ele pensou que já teria poder suficiente para sobreviver (tradução nossa).

⁸ A essência do dilema é que as medidas que um Estado toma para aumentar sua própria segurança geralmente diminui a segurança de outros Estados. Portanto, é difícil para um Estado aumentar suas próprias chances de sobrevivência sem ameaçar a sobrevivência de outros Estados (tradução nossa).

Mesmo tendo as grandes potências o objetivo de se tornarem hegemônicas, elas não vão buscar poder a qualquer custo. Mearsheimer defende que os Estados são racionais e que eles vão calcular se os benefícios de uma ação ofensiva são maiores que os riscos e custos.

In short, great powers are not mindless aggressors so bent on gaining power that they charge headlong into losing wars or pursue Pyrrhic victories. On the contrary, before great powers take offensive actions, they think carefully about the balance of power and about how other states will react to their moves. They weigh the costs and risks of offense against the likely benefits. If the benefits do not outweigh the risks, they sit tight and wait for a more propitious moment. Nor do states start arms races that are unlikely to improve their overall position. [...] states sometimes limit defense spending either because spending more would bring no strategic advantage or because spending more would weaken the economy and undermine the state's power in the long run (MEARSHEIMER, 2001. s.p).⁹

Mearsheimer apresenta dois fatores que inibem a cooperação entre Estados: considerações sobre ganhos relativos e preocupações com trapaças (MEARSHEIMER, 2001. s.p). Ele argumenta que como o Sistema é visto como um jogo de soma zero, os Estados devem considerar como os ganhos serão divididos. Além disso, devido à competitividade sistêmica, as trapaças podem ser vantajosas para um dos lados, dificultando ainda mais a cooperação.

No que tange a manutenção do poder há duas principais estratégias que as grandes potências utilizam: *balancing* e *buck-passing*. Na primeira, o “estado ameaçado aceita o fardo de deter seu adversário e comete recursos substanciais para atingir esse objetivo” (MEARSHEIMER, 2001. s.p).

With balancing, a great power assumes direct responsibility for preventing an aggressor from upsetting the balance of power. The initial goal is to deter the aggressor, but if that fails, the balancing state will fight the ensuing war (MEARSHEIMER, 2001. s.p).¹⁰

Nesse sentido, os Estados ameaçados podem utilizar três medidas para fazer o balanceamento funcionar. Primeiramente eles podem utilizar dos canais

⁹Em suma, grandes potências não são agressores descuidados inclinados a ganhar poder de qualquer forma que eles vão se jogar de cabeça em guerras perdidas ou buscar vitórias pírricas. Pelo contrário, antes de tomar medidas ofensivas as grandes potências pensam cuidadosamente sobre a balança de poder e sobre como os outros Estados vão reagir a seus movimentos. Eles pesam os custos e riscos de ofensiva contra os prováveis benefícios. Se os benefícios não superarem os riscos, eles se mantêm firmes e esperam por um momento mais propício. Nem os estados iniciam corridas armamentistas que dificilmente vão melhorar sua posição geral. [...] os estados às vezes limitam os gastos com defesa porque os gastos não trariam nenhuma vantagem estratégica ou porque gastar mais enfraqueceria a economia e diminuiria o poder do Estado no longo prazo (tradução nossa).

¹⁰ Com o balanceamento, uma grande potência assume responsabilidade direta em prevenir que um agressor perturba a balança de poder. O objetivo inicial é deter o agressor, mas se isso falha, o Estado balanceador vai combater a guerra que seguir (tradução nossa).

diplomáticos para mandar sinais de que estão dispostos a manter o equilíbrio de poder, mesmo que isso signifique ir a guerra. Os estados também podem criar uma aliança defensiva para conter o agressor ou mobilizar recursos próprios no setor da defesa, por exemplo (MEARSHEIMER, 2001. s.p).

No *buck-passing*, a potência vai buscar que outro Estado detenha o Estado ameaçador, passando o fardo desse empenho para outro.

Buck-passing is a threatened great power's main alternative to balancing. A buck-passer attempts to get another state to bear the burden of deterring or possibly fighting an aggressor, while it remains on the sidelines. The buck-passer fully recognizes the need to prevent the aggressor from increasing its share of world power but looks for some other state that is threatened by the aggressor to perform that onerous task (MEARSHEIMER, 2001. s.p).¹¹

O autor apresenta ainda quatro maneiras na qual os Estados ameaçados podem facilitar o buck-passing:

First, they can seek good diplomatic relations with the aggressor, or at least not do anything to provoke it, in the hope that it will concentrate its attention on the intended "buck-catcher." [...] Second, buck-passers usually maintain cool relations with the intended buck-catcher, not just because this diplomatic distancing might help foster good relations with the aggressor, but also because the buck-passer does not want to get dragged into a war on the side of the buck-catcher. [...] Third, great powers can mobilize additional resources of their own to make buck-passing work. [...] By building up its own defenses, a buck-passer makes itself an imposing target, thus giving the aggressor incentive to focus its attention on the intended buck-catcher. [...] Fourth, it sometimes makes sense for a buck-passer to allow or even facilitate the growth in power of the intended buck-catcher. That burden-bearer would then have a better chance of containing the aggressor state, which would increase the buck-passer's prospects of remaining on the sidelines (MEARSHEIMER, 2001. s.p).¹²

Para Mearsheimer, portanto, o Estado que melhor conseguir angariar poder é aquele que terá mais chances de sobrevivência.

¹¹ *Buck-passing* (ou passar a batata quente) é a principal alternativa de balanceamento da grande potência ameaçada. Um Estado tenta fazer com que outro Estado arque com o ônus de dissuadir ou possivelmente combater um agressor, enquanto ele permanece à margem. O Estado que passa a batata quente reconhece plenamente a necessidade de impedir que o agressor aumente sua participação no poder mundial, mas procura algum outro estado ameaçado pelo agressor para realizar aquela tarefa onerosa (tradução nossa).

¹² Primeiramente eles podem buscar boas relações diplomáticas com o agressor, ou pelo menos não fazer nada para provocá-lo, na esperança que ele vai concentrar sua atenção no *buck-catcher*. [...] Segundo, *buck-passers* geralmente mantêm relações frias com o *buck-catcher* pretendido, não porque esse distanciamento diplomático pode ajudar nas boas relações com o agressor, mas também porque o *buck-passer* não quer ser arrastado para guerra no lado do *buck-catcher*. [...] Terceiro, grandes potências podem mobilizar recursos adicionais próprios para fazer o buck-passing funcionar. [...] Fortalecendo suas próprias defesas, um *buck-passer* se coloca como um alvo imponente, assim dandi o agressor o incentivo a focar no *buck-catcher* pretendido. [...] Quarto, as vezes faz sentido para um *buck-passer* permitir ou até mesmo facilitar o aumento de poder do *buck-passer* pretendido. O carregador desse fardo teria então uma melhor chance de conter o Estado agressor, o que aumentaria as chances do *buck-passer* de se manter às margens. (tradução nossa)

1.3 Realismo Neoclássico

O Realismo Neoclássico traz uma outra explicação de como se dá a ação dos Estados no Sistema Internacional. Nessa teoria, as ações dos Estados podem ser entendidas pela combinação de variáveis externas (pressões sistêmicas) e internas (como o Estado traduz essas pressões), que vão condicionar a atuação dos Estados. Gideon Rose argumenta:

[...] the scope and ambition of a country's foreign policy is driven first and foremost by its place in the international system and specifically by its relative material power capabilities. This is why they are realist. They argue further, however, that the impact of such power capabilities in foreign policy is indirect and complex, because systemic pressures must be translated through intervening variables at the unit level, This is why they are neoclassical (ROSE, 1998. p.146).¹³

Nesse sentido, essa teoria se diferencia da vertente do Realismo Estrutural, afirmando que a ação do Estado também está condicionada a atuação de variáveis internas, se relacionando com a primeira e a segunda imagem de Waltz. Para essa teoria, portanto, não há uma ligação automática entre as capacidades materiais do estado e do comportamento externo, mas sim um limitador que será entendido de determinada forma pelo formador de política do Estado.

Outro ponto relevante da teoria é a importância dos líderes políticos e das elites

Foreign policy choices are made by actual political leaders and elites, and so it is their perceptions of relative power that matter, not simply relative quantities of physical resources or forces in being. This means that over the short to medium term countries' foreign policies may not necessarily track objective material power trends closely or continuously. Furthermore, those leaders and elites do not always have complete freedom to extract and direct national resources as they might wish. Power analysis must therefore also examine the strength and structure of states relative to their societies, because these affect the proportion of national resources that can be allocated to foreign policy (ROSE, 1998. p.147)¹⁴.

Nessa lógica, as elites políticas podem sobre ou subutilizar tais capacidades e o comportamento dos Estados, ainda que possuam capacidades similares, será

¹³ O escopo e ambição da política externa de um país é conduzido em primeiro lugar pelo lugar que ele ocupa no sistema e especificamente pelas suas capacidades materiais de poder relativo. Por isso ela é realista. Eles discutem ainda, no entanto, que o impacto dessas capacidades de poder na política externa é indireta e complexa, porque as pressões do sistema devem ser traduzidas pelas variáveis intervenientes no nível unitário. Por isso ela é neoclássica. (tradução nossa).

¹⁴ Escolhas de política externa são feitas por líderes políticos e elites, e então são as percepções de poder relativo deles que importam, não simplesmente as quantidades de recursos físicos ou forças em existência. Isso significa que no curto ou médio prazo a política externa dos países podem não necessariamente acompanhar de perto ou continuamente tendências objetivas de poder material. Além disso, esses líderes e elites nem sempre têm liberdade completa para extrair e direcionar recursos nacionais como eles desejam. A análise de poder deve portanto também examinar a força e a estrutura dos Estados em relação à suas sociedades porque eles afetam a proporção dos recursos nacionais que podem ser alocados na política externa.

distinto. Também é interessante apresentar a Teoria dos Jogos dos Dois Níveis, que serve de substrato para o Realismo Neoclássico. Essa linha de pensamento, diferentemente das vertentes Realistas, sustenta que há um entrelaçamento entre a política doméstica e a política internacional e que

[...] cada nível representa um jogo diferente e que a política doméstica e as ri estarão sempre interligadas de alguma forma, onde se torna infrutífero debater qual realmente influenciaria qual. E, uma vez entendido que ambas se influenciam, seu estudo propõe entender “quando?”, “como?” e em que grau se dá essa relação dentro dos acordos internacionais (PUTNAM, 2010. p. 147).

Dessa forma o Realismo Neoclássico pode ser utilizado para entender decisões de política externa (DALLAGNOL, 2015, p. 8), utilizando variáveis sistêmicas e unitárias de análise. Essa teoria, em conjunto com as teorias Neorrealistas de Relações Internacionais são uma ferramenta importante para analisarmos o comportamento dos Estados dentro de um Sistema Internacional anárquico que constrange e limita a ação desses atores. Além disso, elas ajudam a explicar porque os Estados buscam poder e como se dão as relações de cooperação e competição em um cenário onde todos os atores buscam a sobrevivência.

Porém, mesmo esse arcabouço teórico é falho quando se trata de explicar fenômenos que estão ligados a questões energéticas. Isso fica claro com a incapacidade dessas teorias em explicar e prever os Choques do Petróleo, por exemplo, onde atores que eram considerados irrelevantes, com pouco poder relativo, puderam fazer frente às potências ocidentais utilizando a arma do petróleo (FUSER, 2008).

Diante dessa dificuldade, é pertinente trazer uma abordagem que complemente esses estudos e que consiga focar em atores que não eram considerados relevantes para as teorias consideradas tradicionais, como indivíduos, empresas e países periféricos. Dessa forma, conseguiremos superar algumas limitações das teorias realistas ao passo que delineamos a ligação entre recursos energéticos e as Relações Internacionais.

1.4 Segurança Energética e o Neorrealismo

A segurança energética é, de forma concisa, como um Estado busca manter um acesso regular aos recursos energéticos que ele necessita (RÜHL, 2010, p. 63). Esse conceito também pode ser caracterizado como a

[...]capacidade de preservar os meios de fornecimento de energia e de proteger toda a cadeia de suprimento de energia e de infra-estrutura energética, a partir de um conjunto de medidas preventivas, regulatórias e

afirmativas, com o intuito de estabelecer um equilíbrio entre as necessidades de sobrevivência dos atores e as expectativas de ordenamento do sistema (GALVÃO, 2008, p. 20).

Um modelo que ajuda a explicar como se dá a relação entre o Estado que busca adquirir recursos e seu fornecedor é o Modelo dos 4 A's, elaborado pela Asia Pacific Energy Research Centre (APEREC). Esse conjunto de ideias trata dos fatores que influenciam a segurança energética dos países.

[...] there are several factors that can influence the 'security' of energy supply, such as: (1) the availability of fuel reserves, both domestically and by external suppliers; (2) the ability of an economy to acquire supply to meet projected energy demand; (3) the level of an economy's energy resource diversification and energy supplier diversification; (4) accessibility to fuel resources, in terms of the availability of related energy infrastructure and energy transportation infrastructure; and (5) geopolitical concerns surrounding resource acquisition. In terms of energy demand elasticity, an economy that is able to decouple economic growth with energy use –through energy efficiency and conservation– will have an advantage in terms of its energy security (APEREC, 2007, p. 6)¹⁵

Nesse sentido, os 4 A's desse modelo: *availability*, *accessibility*, *acceptability* e *affordability*¹⁶, estão ligados aos fatores que levam os Estados a moverem-se em direção a uma estratégia em detrimento de outra no que tange o fornecimento de energia. Essa construção teórica nos dá ferramentas para entender, por exemplo, a estratégia alemã de reorientar sua matriz energética em direção às energias renováveis e ao desenvolvimento sustentável, a *Energiewende*. Esse plano está ligado a percepção de que é preciso buscar fontes de energia limpa ao mesmo tempo em que se busca diminuir a necessidade de energia importada. Também está ligado ao projeto os movimentos ambientalistas e a mudança na percepção da população em relação às usinas nucleares. Esses fatores, adjacentes aos aspectos econômicos nos mostram algumas das dimensões que circunscrevem a busca por segurança energética e a complexidade dos elementos tratados no modelo.

Segundo Bolanos, os Estados vão alternar estratégias de cooperação e competição para alcançar sua segurança energética (BOLANOS, 2018, p. 57). Um

¹⁵ Há vários fatores que podem influenciar a “segurança” do fornecimento energético, por exemplo: 1) a disponibilidade de reservas de combustíveis domesticamente e através de fornecedores externos; 2) a habilidade de uma economia de adquirir suprimentos para atingir a demanda energética projetada; 3) o nível da diversificação energética e de fornecedores de uma economia; 4) acessibilidade à reservas de combustíveis, em termos de disponibilidade ligada à infraestrutura energética e de transporte; 5) preocupações geopolíticas em torno da aquisição de recursos. Em termos da elasticidade da demanda energética, uma economia que é capaz de dissociar crescimento econômico com uso energético - através de eficiência e conservação energética- terá uma vantagem competitiva em termos de segurança energética.(tradução nossa)

¹⁶ Disponibilidade, acessibilidade, aceitabilidade e acessibilidade (econômica). (tradução nossa)

exemplo de cooperação nesse sentido é o embargo coordenado pela OPEP (Organização dos Países Produtores de Petróleo) aos Estados Unidos e aos países que apoiaram Israel na Guerra do Yom Kippur (1973), que teve como resultado o aumento de quase quatro vezes no preço do petróleo em 1974 (CORBETT, 2013).

Outro exemplo de cooperação no campo energético se dá no âmbito da Agência Internacional de Energia (AIE). Essa agência busca assegurar energia barata, confiável e limpa para seus países membros, levando em conta a segurança energética, o desenvolvimento econômico e a conscientização ambiental. (IEA, 2019)

Mesmo com a cooperação existindo ela tende a ficar em uma posição de segundo plano, devido principalmente a desconfiança inerente dos Estados em relação aos vizinhos. Essa falta de confiança é causada por uma série de fatores como a falta de uma estrutura institucional organizada, benefícios econômicos incertos e as consequências da própria busca por mais segurança energética. Isso porque a busca por mais segurança energética de um Estado pode causar desconforto em outro, que pode se sentir ameaçado pelo ganho de poder relativo do vizinho, o que nos remete ao Dilema de Segurança do Neorealismo e nos ajuda a entender por que o sistema tende a ser mais favorável a competição.

Soma-se a isso o fato de que os principais recursos energéticos usados atualmente são desigualmente divididos, como por exemplo o petróleo, que tem a maior parte de suas reservas concentradas na região do Golfo Pérsico e do Mar Cáspio . Isso traz consigo uma consequência econômica e estratégica:

A lógica econômica se vincula à sua condição de matéria-prima indispensável para o setor produtivo e para os serviços de todos os tipos. Sua exploração se sustenta em enormes investimentos, gerando recursos bilionários para o mercado de capitais, o que reforça ainda mais a inserção da indústria petrolífera em uma visão econômico-financeira liberal, cujo objetivo supremo é o lucro. Já a lógica estratégica tem a ver com o fato de que o petróleo é um recurso raro, não-renovável, desigualmente distribuído pelo planeta e, sobretudo, essencial para sobrevivência, a segurança e o bem-estar de todos os Estados (FUSER, 2008, s.p)

Devido a sua condição *sui generis*, o petróleo deixa de ser somente uma *commodity* e passa a se tornar um recurso valioso para os atores.

Petroleum stands out from other materials—water, minerals, timber, and so on—because of its pivotal role in the global economy and its capacity to ignite large-scale combat. No highly industrialized society can survive at present without substantial supplies of oil, and so any significant threat to the continued availability of this resource will prove a cause of crisis and, in extreme cases, provoke the use of military force (KLARE, 2002, p. 15)¹⁷

¹⁷ O Petróleo destaca-se dos outros materiais — água, minérios, madeira e assim por diante — por causa do seu papel pivotal na economia global e na sua capacidade de inflamar conflitos de larga

Michael Klare argumenta que para os países importadores desse recurso, a garantia da entrega se torna questão de segurança econômica, enquanto que para os países exportadores, a posse do recurso domina o pensamento econômico (KLARE, 2002, p. 17).

Dannreuther acrescenta a discussão, argumentando que “The high levels of rent that possession of these resources can provide, particularly in relation to oil, contributes significantly to international competition”¹⁸ (DANNREUTHER, 2013, p. 79). O autor completa seu argumento afirmando ainda que devido a anarquia do Sistema Internacional, as relações por recursos “tend to determine political and economic outcomes more than regional and international governance institutions and international law”¹⁹ (DANNREUTHER, 2013, p. 80).

É importante ressaltar que o petróleo, ou outros recursos indispensáveis, como a água, são uma fonte recorrente de conflitos no passado mas que estão tendo cada vez mais influência nas disputas modernas. A Guerra do Chaco (1932–1935), a invasão do Iraque no Kuwait (1990) a intervenção dos Estados Unidos na Líbia (2011) e os conflitos no Mar do Sul da China (atualmente) são alguns exemplos dessas *Resource Wars*²⁰.

Há algumas razões de porque esses recursos estão tendo cada vez mais peso nos conflitos modernos. Susanne Peters afirma que, com a produção do petróleo chegando a seu pico, os conflitos por esse recurso se tornarão mais prováveis

[...] when the effects of global decline of oil production become visible after 2010, and when an increasing number of countries have to import an increasing amount of fossil fuels from a dwindling reserve base, it will be difficult to avoid conflicts over the distribution of this invaluable and indispensable resource (PETERS, 2004, p. 208)²¹.

escala. Nenhuma sociedade altamente industrializada consegue sobreviver no presente sem suprimentos substanciais de petróleo, e então qualquer ameaça significativa para a contínua disponibilidade desse recurso se tornará uma causa de crise e, em casos extremos, provocar o uso de força militar.(tradução nossa)

¹⁸ Os altos níveis de renda que a posse que esses recursos podem prover, particularmente em relação ao petróleo, contribuiu significativamente a competição internacional. (tradução nossa)

¹⁹ Tendem a determinar mais resultados políticos e econômicos que instituições internacionais de governança regionais e internacionais e o Direito Internacional. (tradução nossa)

²⁰ Guerra por Recursos

²¹ Quando os efeitos do declínio da produção de petróleo se tornarem visíveis depois de 2010, e quando um número crescente de países tiverem que importar uma quantidade crescente de combustíveis fósseis de uma base de reserva cada vez menor, será difícil evitar um conflito sobre a distribuição desse inestimável recurso indispensável. (tradução nossa)

Além disso, o aumento da demanda por energia de países asiáticos emergentes, como Índia e China causará impactos relevantes no mercado global, visto que estes países não possuem reservas de hidrocarbonetos significativas, e são dependentes de energia importada.

First, the states that border on the area will undoubtedly seek to maximize their access to its undersea resources in order to diminish their reliance on imports. Second, several other East Asian countries, including Japan and South Korea, are vitally dependent on energy supplies located elsewhere, almost all of which must travel by ship through the South China Sea. Those states will naturally seek to prevent any threat to the continued flow resources. Together, these factors have made the South China Sea the fulcrum of energy competition in the Asia-Pacific region²² (KLARE, 2002, p. 44-45).

Isso pode trazer um fator a mais de instabilidade na região, principalmente nas regiões por onde esses produtos são transportados, como o Estreito de Malaca, entre a Península da Malásia e a ilha de Sumatra. Essa é a rota mais curta entre os fornecedores do Golfo Pérsico e os consumidores asiáticos e por onde passa boa parte das importações asiáticas de petróleo (IEA, 2014).

Outro fator que pode aumentar a probabilidade de conflitos se dá pelo fato que uma quantidade relevante de recursos, notoriamente petróleo e gás natural, estão localizados em regiões instáveis, com Estados frágeis e com várias fontes de conflitos. Esse é o caso de alguns países do Golfo Pérsico, Ásia Central e África, que têm uma relativa fragilidade político-econômica e estão inseridos em um cenário de extremismo crescente (KLARE, 2002). Isso as torna regiões chave para vários Estados, principalmente potências, que não descartariam uma intervenção militar com o intuito de garantir seus interesses na região e a manutenção de sua segurança energética. Por esses fatores Klare analisa: “resource wars will become, in the years ahead, the most distinctive feature of the global security environment” (KLARE, 2002, p. 81)²³.

Högselius nos mostra algumas maneiras nas quais os Estados podem diminuir sua dependência em relação a outros países e, por conseguinte, aumentar sua segurança energética. Segundo o autor, há duas abordagens principais, uma no âmbito interno e outra no âmbito externo. Na primeira os Estados podem mobilizar

²² Primeiro, os Estados que fazem fronteira com a área procurarão, sem dúvida, maximizar seu acesso aos seus recursos submarinos, a fim de diminuir sua dependência das importações. Em segundo lugar, vários outros países da Ásia Oriental, incluindo o Japão e a Coreia do Sul, dependem vitalmente do suprimento de energia localizado em outros lugares, sendo que quase todos precisam viajar de navio pelo Mar do Sul da China. Esses Estados naturalmente procurarão evitar qualquer ameaça ao fluxo contínuo de recursos. Juntos, esses fatores fizeram do Mar da China Meridional o fulcro da competição energética na região Ásia-Pacífico. (tradução nossa)

²³ Guerras por recursos tornar-se-ão, nos anos futuros a característica mais distintiva dos conflitos no ecossistema de segurança global (tradução nossa).

recursos energéticos domésticos, identificando recursos que podem vir a substituir as importações. Ao mesmo tempo esses Estados podem internalizar atividades de não extração do recurso, como o refino, transporte, armazenamento e gestão de resíduos (HÖGSELIUS, 2019, p. 103).

Além disso, também pode-se buscar uma menor dependência externa através de uma diminuição do consumo geral de energia, melhorando a eficiência energética ou extraindo ela domesticamente através de fontes próprias de energia como reatores nucleares ou biocombustíveis, por exemplo. Outra estratégia para diminuir a dependência é diversificar as importações energéticas, tanto em relação aos países fornecedores e quanto às fontes energéticas. Nesse caso a ideia é diminuir as consequências caso um fornecedor interrompa o fornecimento de energia, onde o Estado pode compensar a perda temporária através de outros fornecedores. (HÖGSELIUS, 2019, p. 103-118).

É interessante notar que a diversificação é mais difícil quando se trata de gás natural em comparação com outras fontes de energia como o petróleo. Isso se dá principalmente devido a maneira que este recurso é usualmente transportado, com os gasodutos, e a dificuldade de trocar de fornecedor quando já há uma infraestrutura montada.

No âmbito externo, os Estados podem diminuir sua vulnerabilidade através de uma série de estratégias. A mais extrema é através da mobilização militar, garantindo o acesso a fontes de combustíveis de modo a proteger ou atacar um fornecedor externo. O Estado também pode buscar ingerências mais indiretas, orquestrando ou apoiando golpes militares, por exemplo, para colocar no poder algum governante que seja favorável a sua estratégia. Também é possível diminuir a vulnerabilidade através de mecanismos mais pacíficos, como investimentos no país fornecedor ou através de outros mecanismos de cooperação como por exemplo através de uma infraestrutura conjunta de refino ou por meio de acordos diplomáticos (HÖGSELIUS, 2019, p. 119-124).

Em suma, há uma grande preocupação das teorias em tentar explicar o motivo dos conflitos e de entender o comportamento dos atores em um sistema internacional repleto de complexidades. O embasamento teórico apresentado é útil para nos ajudar a entender as condicionantes que limitam a ação dos Estados e a maneira que eles respondem a determinados estímulos especialmente no que tange a questões energéticas. Nem todo conflito tem raízes em problemas relacionados à recursos

essenciais como energia, mas é notória a importância dada pelos principais atores para esse elemento vital.

The environment and resources are not the sole, or even usually the dominant, cause of violent conflicts. No conflict is purely an “environmental” conflict, a “water” war, or a war over oil. All conflicts are multi-causal. But history has shown quite clearly that environmental and resources problems have been factors in conflicts, sometimes important factors, from the local to the global scale²⁴ (GLEICK, EHRLICH, CONCA, (2000), p. 108).

Também é pertinente destacar a eficiência das teorias em nos explicar porque a cooperação é difícil e os mecanismos que os Estados podem utilizar para atingir seus objetivos, seja eles no campo político, securitário ou energético. Além disso ela nos mostra que os recursos energéticos não são apenas *commodities* e sua ligação com o Estado pode ser uma ferramenta forte de edificação de poder.

²⁴ O meio ambiente e os recursos não são a única, ou geralmente a causa dominante, dos conflitos violentos. Nenhum conflito é puramente um conflito “ambiental”, uma guerra “da água” ou uma guerra pelo petróleo. Todos os conflitos são multicausais. Mas a história tem mostrado claramente que os problemas ambientais e de recursos têm sido fatores em conflitos, às vezes fatores importantes, desde a escala local até a escala global. (tradução nossa)

2 OS RECURSOS ENERGÉTICOS DA RÚSSIA

2.1 Fim da URSS e governo Yeltsin

Com o fim da União Soviética em 1991, há o surgimento da Federação Russa guiada por Boris Yeltsin e um modelo radical de abertura econômica. Nesse período foi promovido a liberalização de preços, flutuação da moeda nacional e a privatização de várias empresas, desvinculando a Rússia da economia planificada que havia na URSS. Já em 1994, 70% de todas as empresas industriais russas tinham sido privatizadas e mais de 40 milhões de russos possuíam ações (SEGRILLO, 2008). A “terapia de choque” ocorrida na Rússia causou instabilidade econômica, com aumento do desemprego, da corrupção e da concentração de renda, o que favoreceu uma nova classe que viram as circunstâncias como oportunidade.

Os resultados avizinharam a Rússia do caos³. Índices explosivos de subemprego e desemprego, queda violenta no padrão de vida dos milhões que desempenhavam funções públicas e/ ou que dependiam de pensões, degradação dos serviços assegurados pelo Estado, concentração da renda (em poucos anos, os 10% mais ricos abocanharam cerca 40% da renda nacional), processo de privatização descontrolado, ensejando casos de corrupção que assombraram o mundo, tudo em benefício de uma nova classe de especuladores e rentistas, que se tornaram conhecidos como os novos russos (*novi ruskii*) (REIS, 2007, p. 52-53).

Em 1992, com o decreto de número 1.403 de Boris Yeltsin, há a privatização da indústria petrolífera russa e a perda do controle estatal sobre esse setor, o que vai fortalecer os oligarcas e sua influência política. É nesse período que ocorre o que ficou conhecido como “empréstimo por ações”, onde grandes empresários emprestavam dinheiro para o governo que dava como garantia ações de empresas russas (YERGIN, 2014). Como o governo não era capaz de pagar, até mesmo empréstimos de curto prazo eram suficientes para extirpar ativos russos (NEWNHAM, 2011). Também é nesse contexto que está inserido o caso da Sibneft, em 1995, onde os oligarcas Roman Abramovich e Boris Berezovsky compraram a empresa por 100 milhões de dólares, vendendo-a dez anos depois pelo valor de 13,1 bilhões de dólares (NEWNHAM, 2011). Uma valorização de mais de 130 vezes que ajuda a explicar o grau de corrupção e o poder dos oligarcas no período. A situação complicada do país vai se refletir na produção de petróleo, dos 7,8 Mb/d em 1992 a produção caiu para 6,0 Mb/d em 1998, uma queda de 22% em seis anos (EIA, S.d) ou mais de 50% se comparado a produção soviética de 1987 (12,48 Mb/d) (CIA, 1990). Além da baixa produção o Estado detinha, no final do mandato de Yeltsin, o controle de somente

10% do petróleo da Rússia, o que impossibilitava o controle de políticas de exportação (NEWNHAM, 2011).

A situação interna era complexa, e teve reflexos nas relações internacionais do país.

No plano internacional, o governo Yeltsin destruiu a capacidade de a Rússia defender seus interesses básicos. O recuo russo na participação do comércio exterior foi muito expressivo, inclusive em relação a parceiros tradicionais, reduzindo naturalmente a influência diplomática (PAUTASSO, 2011, p. 81).

O enfraquecimento do governo já era nítido e o descontentamento da população aumentava. A oposição decorrida da Guerra da Chechênia (1994-1996), a quase uma década de crescimento negativo do PIB- apenas 1997 e 1999 (WORLD BANK, 2019a)- e a Crise Financeira de 1998, levaram a um ambiente político insustentável, e a saída para esta situação conturbada foi Vladimir Putin, que foi eleito presidente no ano de 2000.

2.2 Reforma da Cadeia produtiva

Com Putin (2000-2008), há a centralização do poder, um retorno da intervenção estatal e um novo enfoque no que tange os recursos energéticos, considerando-os recursos estratégicos. Essa percepção está diretamente ligada aos valores do presidente, que defendia que as reservas de petróleo e gás da Rússia eram essenciais para a recuperação econômica, para o “ingresso da Rússia na economia mundial” e para transformar a Rússia em “uma grande potência econômica” (YERGIN, 2014). Por conta disso esses recursos deveriam estar sob controle estatal, que aproveitaria esse poder econômico em potencial para propósitos de Estado, ao contrário do que acontecia no governo de Yeltsin. O que sucedeu portanto, foi uma reversão das políticas de Yeltsin e uma série de reformas que trouxeram o controle de várias empresas do setor energético de volta ao controle estatal.

A primeira nacionalização foi da Yukos (2004), empresa que era de Mikhail Khodorkovsky, um dos homens mais ricos da Rússia, que tinha grande influência nos deputados da Duma e apoiava abertamente forças políticas anti-Putin. Além disso, Khodorkovsky estava negociando a venda de participações consideráveis da empresa —na época uma das maiores produtoras— para investidores ocidentais, o que ia diretamente de encontro com as estratégias do novo governo. O que se sucedeu foi a prisão do empresário, que fora acusado de fraude fiscal, e a absorção da Yukos pela estatal Rosneft em dezembro de 2004 (YERGIN, 2014; NEWNHAM, 2011).

Um caso parecido aconteceu em 2007 com a Russneft, de Mikhail Gutseriev. Inicialmente o oligarca se recusou a vender sua empresa, em resposta o governo acusou-o de evasão fiscal e fraude forçando-o a vender a empresa para Oleg V. Deripaska, um aliado de Putin, em uma estratégia parecida da realizada com a Yukos (KRAMER, 2007). Ainda dentro da estratégia de Putin, em 2005, a estatal Gazprom comprou a Sibneft, de Roman Abramovich, pelo valor de 13,1 bilhões de dólares, posteriormente nomeando a empresa como Gazpromneft (GOLDMAN, 2008).

A intervenção estatal no setor também pôde ser observada no projeto de petróleo e gás Sakahlin-2. Nesse caso o projeto era controlado pela Shell e estava parado porque a Agência Ambiental da Rússia afirmava que o projeto poderia prejudicar o meio ambiente. Interessantemente, assim que o controle do projeto foi vendido para a Gazprom, no final de 2006, as preocupações ambientais sumiram e o projeto seguiu em frente (NEWNHAM, 2011). Esses são alguns dos exemplos que mostram o sucesso de Putin em recuperar o controle estatal no campo da energia. Segundo Goldman (2008) em 2000 a porcentagem do governo russo na produção de petróleo era de 16%, no final de 2007 a participação havia atingido os 50%.

Com a reestruturação da economia russa, a reorganização da cadeia produtiva de hidrocarbonetos e o aumento do preço das commodities energéticas a Federação Russa pôde ensaiar uma recuperação econômica. Nesse período os ganhos com exportações de petróleo e gás natural saíram de 29 bilhões de dólares em 1998 para 217 bilhões em 2007, enquanto que a participação desse setor nas exportações saiu de 37% para 61% no mesmo período (OLIKER *et al.*, 2009). A produção de petróleo que havia caído para 5,8 Mdb/d em 1998 já havia subido quase 40% em 2007 para 9,4 Mdb/d (EIA, S.d). A Rússia retornava, portanto, como um *player* energético relevante no Sistema Internacional.

Na segunda década do século XXI, a Rússia estava de volta como produtora de petróleo. Sua produção era tão alta quanto fora na época do declínio da União Soviética, duas décadas antes, ainda que em termos bastante diferentes. A indústria petrolífera estava tecnologicamente integrada ao resto do mundo, e não mais nas mãos de um único ministério. Ao contrário, era operada por uma variedade de empresas com muitas diferenças em termos de liderança, cultura e abordagens. No cômputo final, a Rússia estava de volta como o maior produtor e o segundo maior exportador de petróleo do mundo (YERGIN, 2014).

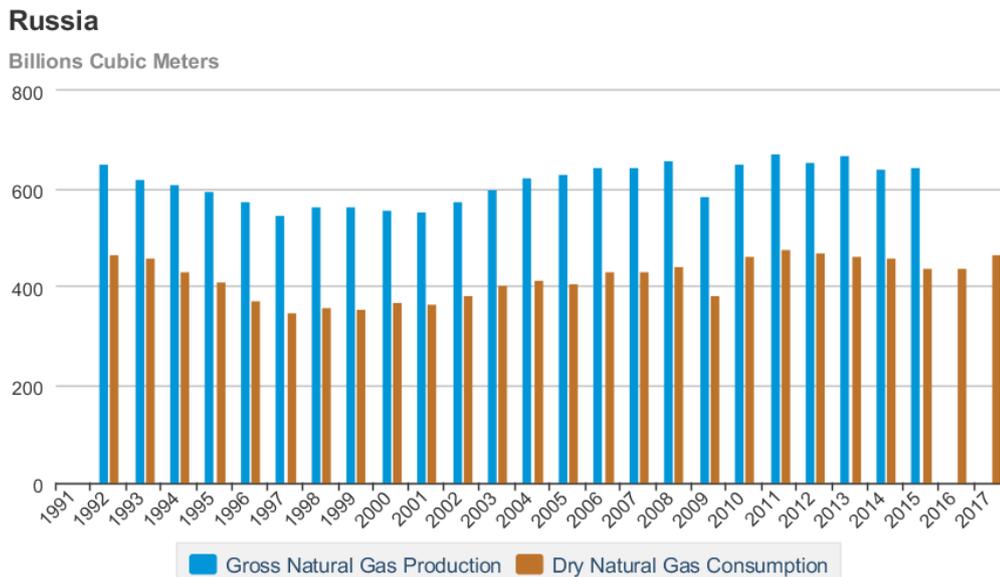
Como consequência, esse reaparelhamento não só do setor dos hidrocarbonetos, mas da economia russa em geral, aumentou o poder do Estado Russo e permitiu que este agisse de maneira mais combativa, inclusive utilizando seus

recursos energéticos como ferramenta de política, buscando ganhos político-econômicos no Sistema Internacional.

2.3 A cadeia produtiva russa de hidrocarbonetos

A Federação Russa é atualmente um dos maiores produtores e exportadores de energia do planeta. Atualmente o país é o segundo maior produtor de gás natural (669 Bmc ou 23,6 Tpc) e o terceiro maior produtor de petróleo (11,4 Mb/d), correspondendo a 17% e 12% da produção global, respectivamente (BP, 2019). A grande produção de hidrocarbonetos, garante ao país a condição de autossuficiente em energia e também a possibilidade de exportar grandes quantidades de commodities energéticas. Isso é possível devido ao consumo energético mediano do país (209,6 Gigajoules *per capita* em 2018)²⁵ (BP, 2019) e a capacidade de exportar esses recursos de maneira eficiente principalmente por meio de oleodutos ou gasodutos. A produção e o consumo desses hidrocarbonetos podem ser vistos em termos históricos nas Figuras 1 e 2.

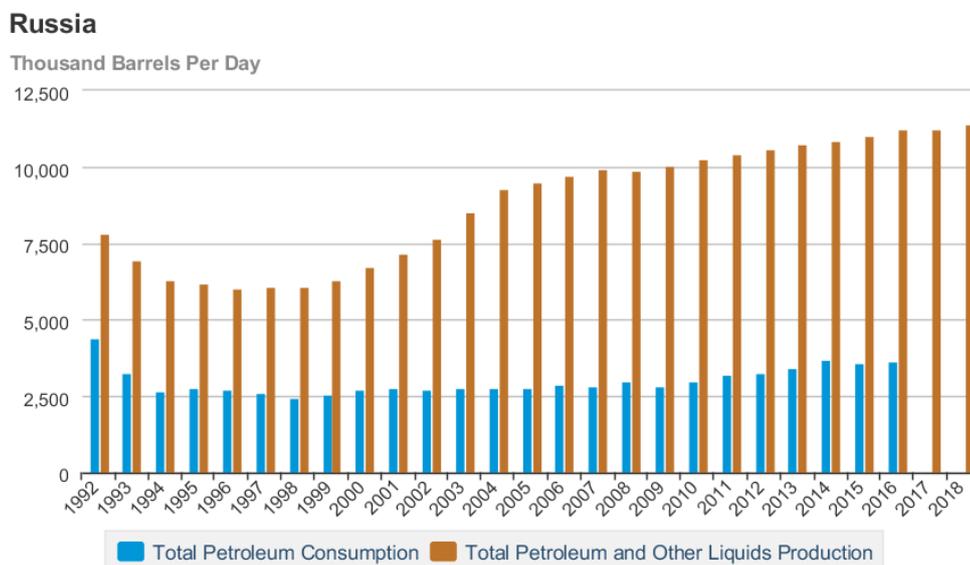
Figura 1 - Produção e Consumo de Gás Natural na Rússia (1992-2015)



Fonte: EIA (S.d)

²⁵ No mesmo período o consumo *per capita* dos países da OCDE foi de 182,6 Gigajoules (BP, 2019).

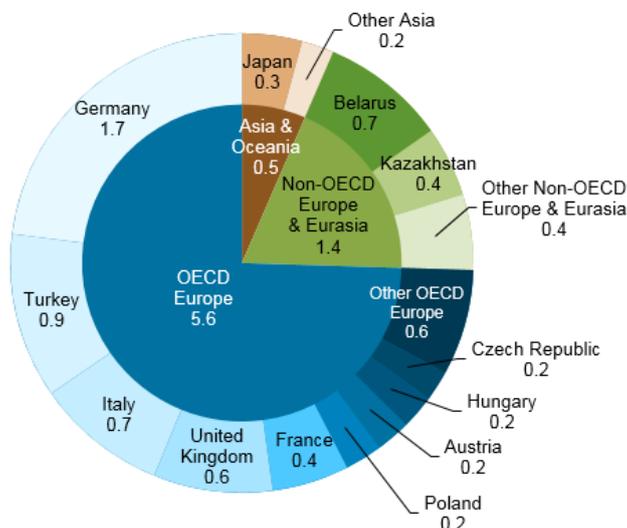
Figura 2 - Produção e Consumo de Petróleo na Rússia (1992-2016)



Fonte: EIA (S.d)

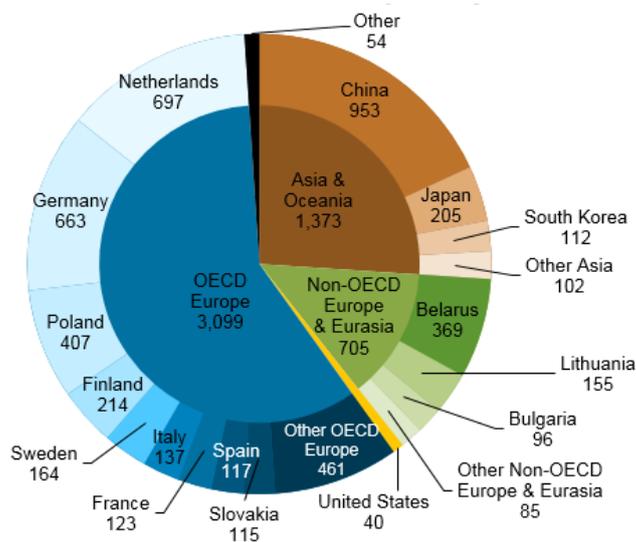
No ano de 2018, as exportações de petróleo advindas do território russo contabilizaram 13% do total global, enquanto as exportações de gás natural foram ainda mais expressivas, computando 26% do comércio do produto em nível mundial (BP, 2019). A destinação dessas *commodities* em 2016 pode ser vista nas Figuras 3 e 4.

Figura 3 - Exportações russas de gás natural por destino (2016)



Fonte: EIA (2017)

Figura 4 - Exportações russas de petróleo por destino (2016)



Fonte: EIA (2017)

No que tange ao petróleo, a maior parte das exportações é destinada à Europa e à Ásia, com destaque a China, Holanda e Alemanha, que concentraram aproximadamente 46% de todas as exportações do produto em 2016. A maior parte da produção desse produto se origina das regiões do Oeste Siberiano e da região do Volga-Ural, que em 2016, constituíram juntas 80% da produção de petróleo russa (EIA, 2017). Os dados podem ser vistos na Tabela 1.

Tabela 1 - Produção de Petróleo da Rússia por região (2016)

Região	Milhares b/d
Sibéria Ocidental	6.294
Khanty-Mansiisk	4.830
Yamal-Nenets	977
Outros	487
Volga-Ural	2.498
Leste Siberiano e Extremo Oriente	1.388
Krasnoyarsk	426
Irkutsk	364
Sakhalin	344
Yakutia	204
Arkhangelsk	328
República de Komi	284
Mar Cáspio	41
<i>Offshores</i> no Ártico	36
Outros	47
Total	10.875

Fonte: EIA (2017)

A maior parte da produção e exploração desse recurso está nas mãos de empresas estatais, como a Rosneft, Gazprom e Bashneft que respondiam por mais da metade da produção em 2016, conforme pode ser visto na Tabela 2 (EIA, 2017).

Tabela 2 - Produção de Petróleo da Rússia por empresa (2016)

Empresa	b/d
Rosneft	4.021
Lukoil	1.679
Surgutneftegaz	1.225
Gazprom (incluindo Gazprom Neft)	1.117
Tatneft	570
Bashneft	423
Slavneft	300
Novatek	247
Russneft	150
Operadores PSA	290
Outros	853
Total	10.975

Fonte: EIA (2017)

Um aspecto relevante da cadeia produtiva de petróleo russa está centrado na estatal Transneft, que detém o monopólio do transporte de petróleo via oleodutos. Com uma infraestrutura de mais de 68 mil quilômetros de oleodutos essa empresa

transporta 83% do petróleo produzido no país (TRANSNEFT, s.d), o que denota sua relevância para o consumo energético interno e a para as exportações russas. Os principais oleodutos podem ser conferidos na Figura 5.

Figura 5 - Principais oleodutos da Federação Russa



Fonte: TRANSNEFT (S.d)

Em relação ao Gás Natural, os maiores compradores estão na Europa, sendo o destino de 75% do gás exportado, com destaque à Alemanha que compra sozinha 23% do gás exportado pela Rússia (EIA, 2017). A maior parte da produção russa de gás natural se origina da região de Yamal-Nenets, no Oeste Siberiano, fornecendo quase 80% da produção russa (EIA, 2017). Outras regiões produtoras podem ser vistas na tabela 3.

Tabela 3- Produção de Gás Natural da Rússia por região (2016)

Região	Mpc
Sibéria Ocidental	19,3
Yamal-Nenets	17,9
Khanty-Mansiisk	1,2
Tomsk	0,2
Leste Siberiano e Extremo Oriente	1,7
Sakhalin	1,0
Krasnoyarsk	0,5
Irkutsk	0,1
Yakutia	0,1
Volga-Ural	1,1
Orenburg	0,7
Astrakhan	0,4
República de Komi	0,1
Outros	0,4
Total	22,6

Fonte: EIA (2017)

A produção desse hidrocarboneto é concentrada na estatal Gazprom, que em 2018 produziu 498,7 Bmc (ou 17,6 Tpc) de gás natural, o que corresponde a 69% da produção doméstica e a 12% da produção global (GAZPROM, S.d). Além da grande produção a Gazprom detém o monopólio da exportação de gás natural e possui 172.600 quilômetros de gasodutos que transpassam o território russo (GAZPROM, S.d). Dentre esses dutos fora do território russo estão o gasoduto da Irmandade, que atravessa a Ucrânia, e o gasoduto Yamal, que passa pela Bielorrússia. Esses dutos configuram as principais rotas de trânsito do gás russo destinadas à União Europeia, onde o Gasoduto da Irmandade correspondeu por 44% e o Gasoduto Yamal 23% do gás russo destinado ao bloco europeu (EUROPEAN COMMISSION, 2018). Conjuntamente com o Gasoduto Nordstream, que liga a Rússia à Europa pelo Mar Báltico e transportou 33% do produto, essas são as principais rotas de fornecimento do gás russo à União Europeia (EUROPEAN COMMISSION, 2018). Um mapa dos gasodutos pode ser visualizado na Figura 6.

Figura 6 - O Sistema de Abastecimento de Gás

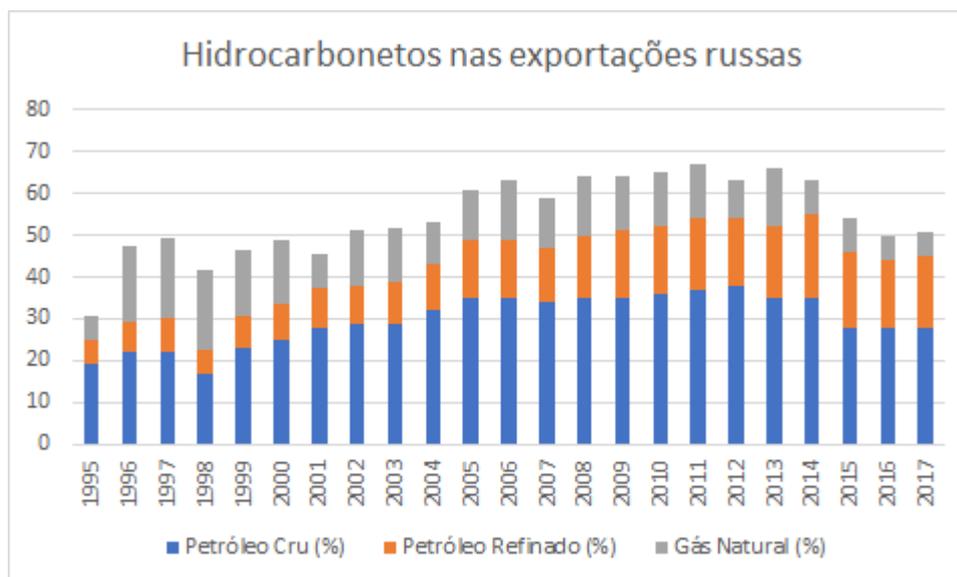


Fonte: BAILEY (2009)

A Rússia também exporta gás natural em sua forma liquefeita, o Gás Natural Liquefeito (GNL), principalmente para o mercado asiático, cujo transporte é feito substancialmente por navios quebra-gelo atravessando o Oceano Ártico em direção a, principalmente, Índia, Japão, China e Coreia do Sul (GAZPROM, 2019). Em 2018 as exportações de GNL da Federação Russa aumentaram 62%, para 24,9 Bmc de GNL, o que contabiliza por 5,8% do gás natural liquefeito exportado no mundo (BP, 2019). Esse é um mercado se vem se expandindo rapidamente e, em 2017, o GNL já fazia parte de 10,7% do fornecimento de gás natural no mundo (INTERNATIONAL GAS UNION, 2019).

Esses hidrocarbonetos têm grande relevância na Balança de Pagamentos do país, correspondendo em vários períodos a mais de 50% das exportações, como pode ser visto na figura 7.

Figura 7- Os Hidrocarbonetos nas Exportações Russas

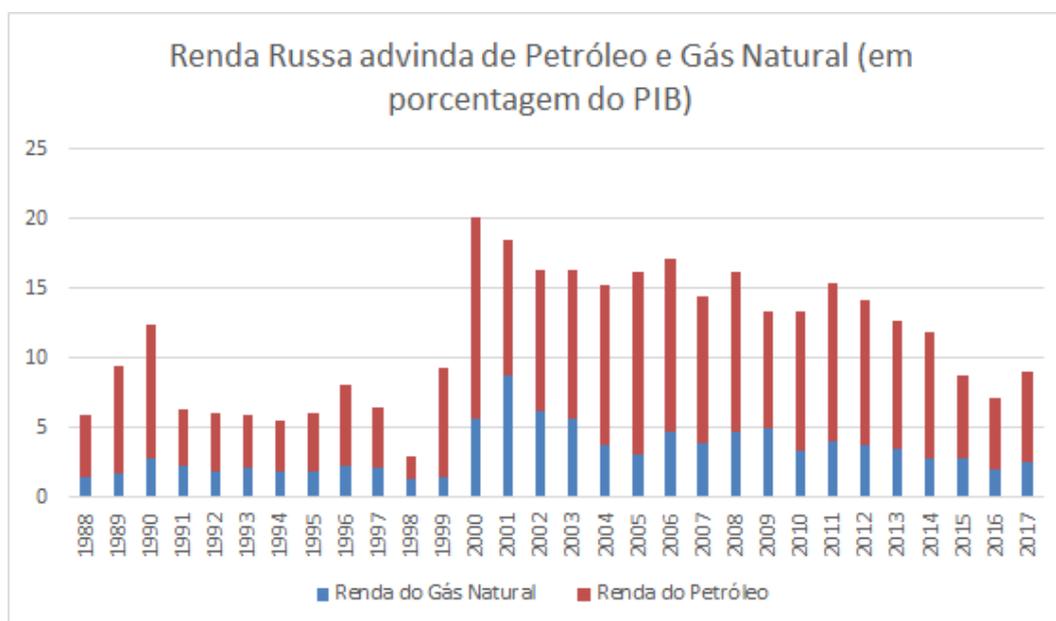


Fonte: Observatory of Economic Complexity (OEC)(S.d)

Além disso o petróleo e o gás natural respondem historicamente por uma quantia considerável do Produto Interno Bruto (PIB) russo, o que deixa claro a forte dependência econômica deste país nessas duas commodities energéticas.

A forte dependência nos produtos foi agravada recentemente pela forte queda no preço do petróleo nos anos de 2015 e 2016, quando chegou ao preço médio de 38 dólares por barril (EIA, 2019). A vulnerabilidade em relação a flutuação dos preços também foi sentida em 1998, ano em que o preço do petróleo teve uma queda considerável, saindo de 15,56 dólares em 1997 para 10,87 dólares em 1998. A queda do preço, juntamente com a baixa produção naquele ano resultaram em uma caída brusca do PIB russo, sendo mais um exemplo da dependência desse país para com os seus recursos energéticos. O peso dos hidrocarbonetos em relação ao Produto Interno Bruto da Rússia pode ser conferido na Figura 8.

Figura 8 - Renda Russa advinda de Petróleo e Gás Natural (em porcentagem do PIB)



Fonte: WORLD BANK (2019b)

Há portanto uma ligação direta do comportamento dos setores energéticos ao desempenho da economia russa, que é dependente não só das exportações dos produtos, mas também da taxaço do setor. Isso leva à uma inércia difícil de ser superada e deixa o Estado fortemente dependente de um setor da economia.

Segundo Ruthland (2018), essas são algumas das características que colocam a Rússia dentro do grupo dos *Petrostates*. Segundo o autor, esses Estados têm baixo crescimento em setores não envolvidos com os recursos energéticos devido a moeda sobrevalorizada e têm uma vulnerabilidade advinda das flutuações do preço do petróleo. Além disso há uma maior centralização do poder político e um ambiente mais favorável à corrupção. Esses são alguns dos “*Resource Courses*”²⁶, que se referem à dificuldade de um grande exportador de recursos naturais de desenvolver áreas que não estão relacionadas ao setor em si. No caso da Rússia o campo energético está ligado a boa parte das receitas do país, que por sua vez, oscila em grande parte de acordo com os preços do petróleo e do gás natural.

Essa é uma fragilidade que a Rússia tenta amenizar com o Fundo Soberano Nacional, que em agosto de 2019 contava com a quantia de 124,1 bilhões de dólares (RÚSSIA, 2019b). Nesse fundo, o governo coloca os lucros do petróleo quando o preço do barril está acima de 41,60 dólares e pode utilizar os recursos quando a

²⁶ Para saber mais ver Ross (1999).

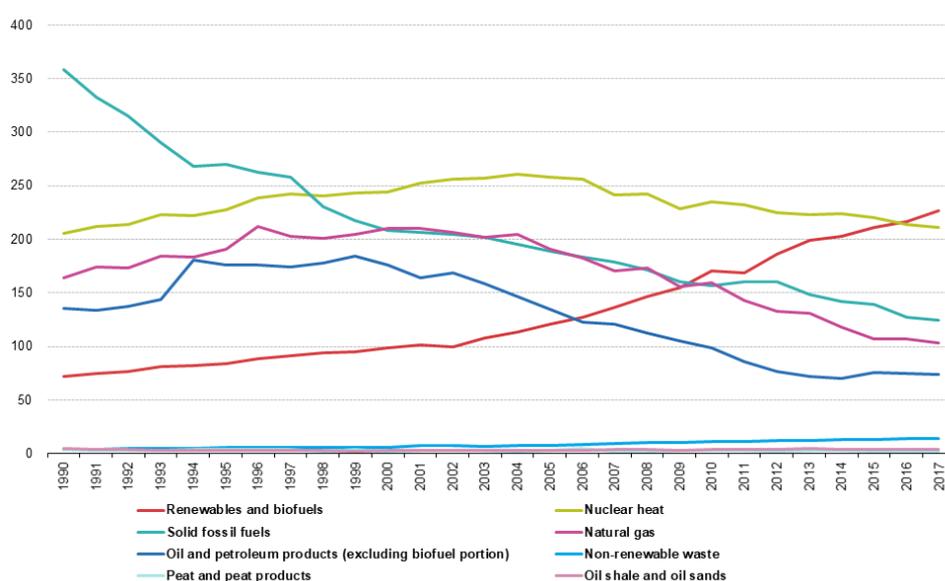
liquidez dele estiver maior que 7% do PIB russo (ZOLOTOVA, 2019). Com esse fundo, o governo russo consegue dar um suporte ao sistema pensionário e tem recursos que podem ser utilizados em momentos de crise, amenizando a vulnerabilidade da economia do país. Dessa forma a Federação Russa têm mecanismos que diminuem a exposição ao risco da volatilidade do preço do petróleo e tem algum espaço de manobra quando o preço de seu principal produto exportado cai.

3 A CODEPENDÊNCIA UE-RÚSSIA

3.1 Dependência energética da União Europeia

Os países da União Europeia, ao contrário da Rússia, não possuem grandes reservas de hidrocarbonetos e produziram, no ano de 2018, 1,5 Mb/d de petróleo e 109,2 bcm de gás natural o que contabiliza respectivamente a somente 1,6% e 2,8% da produção global (BP, 2019). No ano de 2017, a maior parte da energia produzida na UE veio de fontes renováveis (29,9%) e de energia nuclear (27,8%)(EUROSTAT, 2019a). No mesmo ano a produção primária de energia do bloco foi de 758,2 Mtoe, no qual os principais produtores foram França (17,4%), Reino Unido (15,6%) e Alemanha (15.3%) (EUROSTAT, 2019a). Nas últimas décadas nota-se uma diminuição da produção primária de energia no bloco europeu, com um decréscimo considerável na produção energética dinamarquesa, holandesa e britânica, que por sua vez impactou a produção total do bloco. O declínio da produção pode ser em parte explicado pelo esgotamento do fornecimento de matérias primas e custos de exploração que tornaram os investimentos inviáveis economicamente (EUROSTAT, 2019a). A produção de energia do bloco dos anos de 1990 a 2017 pode ser visualizada na Figura 9.

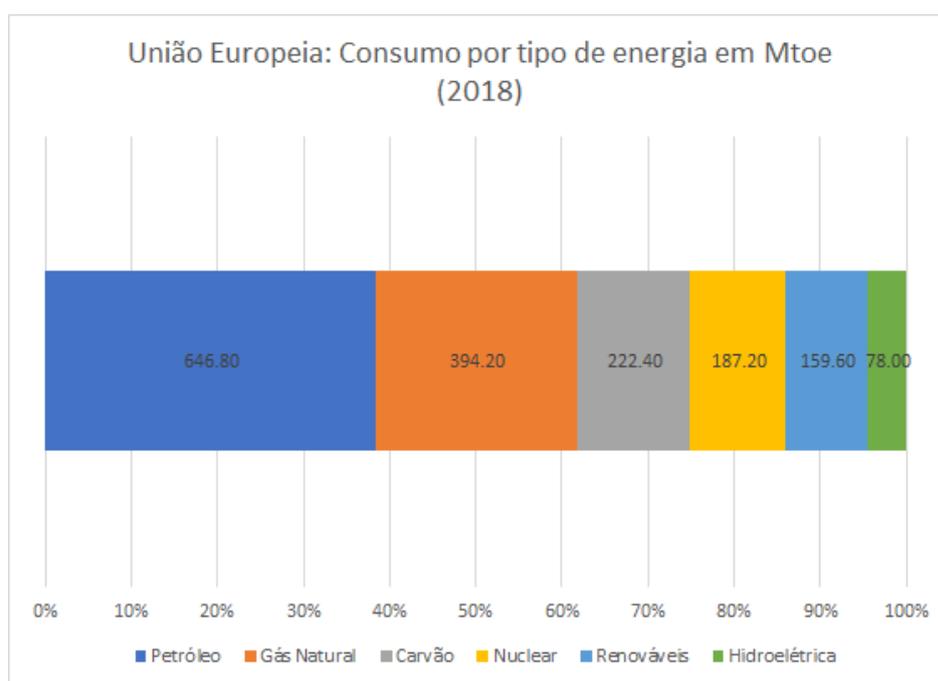
Figura 9 - Produção primária de energia por tipo de combustível na UE (1990-2017)



Fonte: EUROSTAT (2019b)

Em 2017, o consumo primário de energia foi de 1691,8 Mtoe, o que significa que o bloco precisou importar mais da metade da energia consumida (BP, 2019). Em 2018, a maior parte desse consumo adveio do petróleo (38,31%), gás natural (23,35%) e carvão (13,17%) (BP, 2019) como pode ser visto na Figura 10.

Figura 10 - Consumo por tipo de energia na União Europeia (2018)

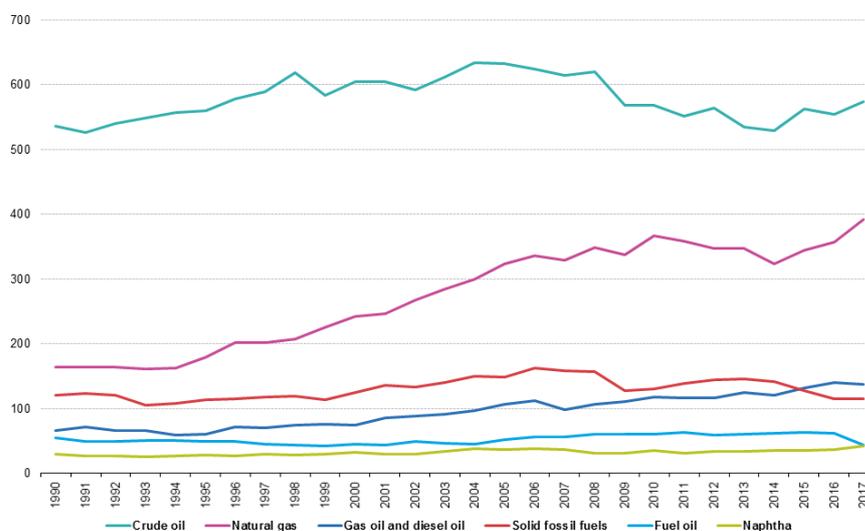


Fonte: BP (2019)

Dos Estados Membros, os maiores consumidores foram Alemanha (218,7 Mtoe), França (148,9 Mtoe) e Reino Unido (133.3 Mtoe), que juntos corresponderam por 44,6% do consumo do bloco (EUROSTAT, 2018).

Seguindo a tendência do consumo, as maiores importações de produtos energéticos da UE são, historicamente, de petróleo e gás natural, com um aumento significativo nas importações de gás natural nos últimos anos, como nos mostra a Figura 11.

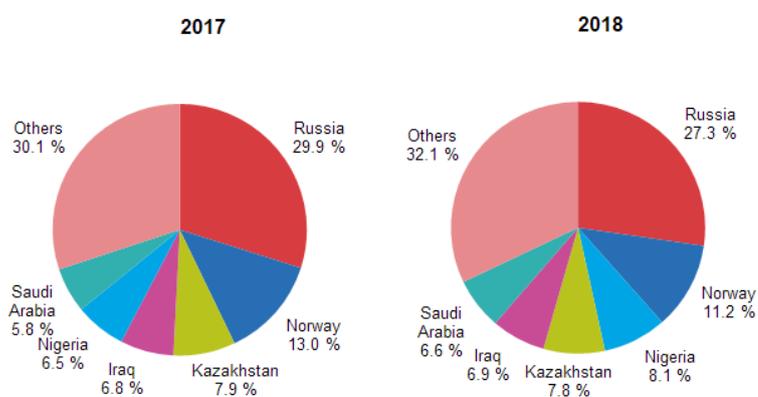
Figura 11 - Importações de produtos energéticos da UE (1990-2017)



Fonte: EUROSTAT (2019b)

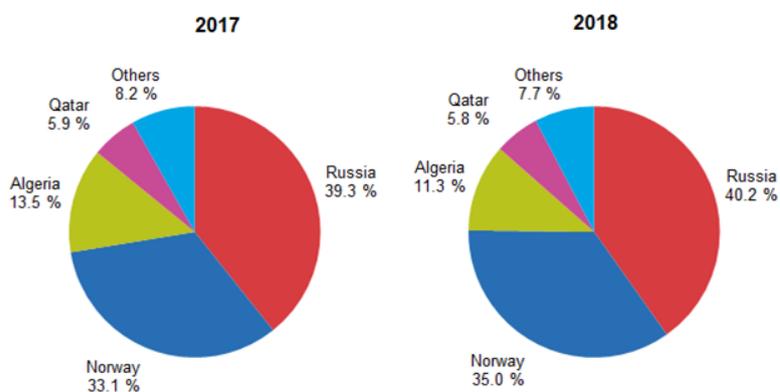
Em 2018, a Rússia foi a principal fornecedora de Petróleo e Gás Natural para o bloco, com 27,3% do petróleo e 40,2% de gás natural do total importado pelo bloco (EUROSTAT, 2019c). Além disso ela também foi a principal fornecedora de carvão para o bloco na última década (EUROSTAT, 2019c) e conta com uma quantidade significativa no total de importações, sendo de longe o maior fornecedor de petróleo e concentrando mais de 75% das importações de gás junto com a Noruega. Esses dados estão expostos nas Figuras 12 e 13

Figura 12 - Origem das importações de petróleo da UE (2017-2018)



Fonte: EUROSTAT (2019c)

Figura 13 - Origem das importações de gás natural da UE (2017-2018)

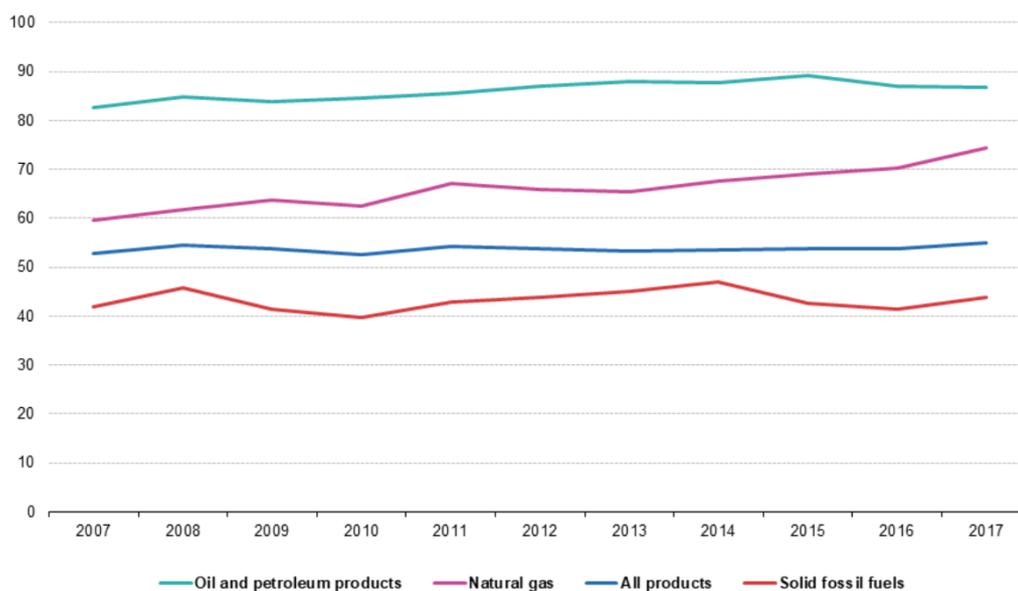


Fonte: EUROSTAT (2019c)

Na prática, a dependência da UE no campo energético é grande. Desde 2013, todos os 28 Estados Membros do bloco são importadores líquidos de energia e adquiriram mais da metade da energia consumida, o que correspondeu em 2017 a uma dependência de 55,1% (EUROSTAT, 2019a). Se analisarmos somente em relação ao petróleo a dependência foi ainda maior, atingindo 86%, porém com um fornecimento mais diversificado, o que dá mais segurança ao bloco (EUROSTAT,

2019a). No mesmo período, o gás natural importado correspondeu por 74,3% do total disponível, o maior nível em termos históricos, refletindo a queda de produção do produto no bloco europeu. O grau de dependência energética²⁷ da UE pode ser conferido na Figura 14.

Figura 14 - Grau de dependência energética da UE (2007-2017)



Fonte: EUROSTAT (2019a)

Como boa parte do fornecimento energético da UE vem da Federação Russa, a dependência do bloco com o país é considerável. Por certo, vários países da UE tem um grau de dependência de energia Russa que está acima dos 75%, como é o caso da maioria dos países do Leste Europeu, principalmente as ex repúblicas soviéticas, como mostra a Tabela 4.

²⁷O grau de dependência energética mostra a proporção de energia que uma economia precisa importar. Ela é definida pela divisão das importações líquidas de energia pelo consumo interno bruto de energia somado com combustíveis fornecidos para os transportadores internacionais, expresso em porcentagem. Um grau de dependência negativa indica um exportador líquido de energia enquanto que um grau de dependência acima de 100% indica que os produtos energéticos foram estocados.

**Tabela 4 - Porcentagem da Rússia nas importações dos membros da UE
(2018)**

Country	Share (%) of Russia in national extra-EU-28 imports	
	Petroleum oils	Natural gas
Belgium	25-50	0-25
Bulgaria	75-100	75-100
Czechia	50-75	75-100
Denmark	0-25	0-25
Germany	25-50	50-75
Estonia	75-100	75-100
Ireland	0-25	0-25
Greece	0-25	50-75
Spain	0-25	0-25
France	0-25	0-25
Croatia	0-25	0-25
Italy	0-25	25-50
Cyprus	0-25	0-25
Latvia	0-25	75-100
Lithuania	50-75	50-75
Luxembourg	0-25	0-25
Hungary	50-75	75-100
Malta	0-25	0-25
Netherlands	25-50	25-50
Austria	0-25	75-100
Poland	50-75	75-100
Portugal	0-25	0-25
Romania	25-50	75-100
Slovenia	0-25	75-100
Slovakia	75-100	75-100
Finland	75-100	75-100
Sweden	25-50	0-25
United Kingdom	0-25	0-25

Fonte: EUROSTAT (2019c)

Isso se dá principalmente pela dificuldade de adquirir esses recursos energéticos de outros fornecedores, seja por pressões políticas, falta de infraestrutura ou devido aos custos mais vantajosos da energia russa, o que confere uma vulnerabilidade considerável a estes países.

A dependência é ainda mais forte quando se leva em conta o gás natural, devido a forma como ele é transportado. Como a maior parte do gás natural que chega à Europa é importado por gasodutos (89%), a diversificação de rotas e de fornecedores é mais difícil (PARLAMENTO EUROPEU, 2019). Isso se dá pelos elevados custos envolvidos na construção de nova infraestrutura e pela eficiência dos gasodutos já construídos. Além disso as importações desse produto pela UE estão

concentradas em dois fornecedores (Rússia e Noruega) e qualquer interrupção no fornecimento pode ter consequências preocupantes para o bloco.

Essa dependência por recursos é um desafio à segurança energética europeia, que tenta balancear essa questão diversificando os fornecedores e se esforçando para diminuir a necessidade de importações de energia. Um dos planos por trás disso são as metas 20-20-20. Essa estratégia busca uma redução em 20% das emissões dos gases do efeito estufa, redução de 20% no consumo energético e um consumo energético final advindo de pelo menos 20% de energias renováveis (EUROPEAN COMMISSION, 2010). Outra tentativa de diminuir a dependência é por meio do *Southern Gas Corridor*, que visa diversificar o fornecimento de energia para a Europa através de gasodutos que levam gás natural do Mar Cáspio para a Europa, e através de novos terminais de GNL, diversificando rotas de abastecimento e fornecedores. Esses são alguns dos projetos que estão circunscritos nos *PCI's*, ou Projetos de Interesse Comum, que segundo a European Commission (2019) são:

Projects of common interest (PCIs) are key cross border infrastructure projects that link the energy systems of EU countries. They are intended to help the EU achieve its energy policy and climate objectives: affordable, secure and sustainable energy for all citizens, and the long-term decarbonisation of the economy in accordance with the Paris Agreement (EUROPEAN COMMISSION, 2019)²⁸.

Dentro desse rol estão 173 projetos: 106 de transmissão e armazenamento de eletricidade, 4 relativos à implantação de redes inteligentes (*smart grids*), 53 relacionados a gás natural, 6 de petróleo e 4 referentes a redes transfronteiriças de dióxido de carbono (EUROPEAN COMMISSION, 2019).

Desses projetos alguns merecem destaque, como é o caso do já mencionado *Southern Gas Corridor*, o *Baltic Energy Market Interconnection Plan* e os terminais de liquefação e regaseificação de gás natural.

O *Southern Gas Corridor* é um projeto que visa levar gás do Mar Cáspio para a Europa e é atualmente um dos mais importantes componentes da política energética da União Europeia. Ele é um dos projetos mais complexos desenvolvidos nesse setor, envolvendo mais de uma dúzia de empresas, com um custo estimado de mais de 40 bilhões de dólares e tem previsão para entrar em funcionamento em 2020 (TRANS

²⁸ Os Projetos de Interesse Comum (PIC) são importantes projetos de infraestrutura transfronteiriça que ligam os sistemas de energia dos países da UE. Eles pretendem ajudar a UE alcançar seus objetivos climáticos e de política energética: energia acessível, segura e sustentável para todos os cidadãos e a descarbonização da economia a longo prazo, em conformidade com o Acordo de Paris (tradução nossa).

ADRIATIC PIPELINE, 2019). Esse corredor de mais de 3500 quilômetros consiste de três projetos de gasodutos. O Primeiro consiste na expansão do já existente *South Caucasus Pipeline* (SCPX), que sai do Azerbaijão em direção à Geórgia. O segundo é o *Trans Anatolian Pipeline* (TANAP) que atravessa a Turquia e por último o *Trans Adriatic Pipeline* (TAP) que passa pela Grécia e Albânia até a Itália. A rota desse projeto pode ser vista na Figura 15.

Figura 15 – O Southern Gas Corridor



Fonte: *SOUTHERN GAS CORRIDOR (2019)*

O *Baltic Energy Market Interconnection Plan* consiste em uma infraestrutura de gasodutos que visa diversificar o fornecimento de gás natural dos Países Bálticos e da Finlândia, terminando na prática com a total dependência desses países com a Rússia no que tange o gás natural. Esse projeto consiste de um gasoduto que conecta a Polônia e a Lituânia e outro conectando a Estônia e a Finlândia. O projeto tem a previsão de estar pronto em 2021 (EUROPEAN COMMISSION, 2014a).

Outro plano de UE é a construção de um *hub* de gás natural no Sul da Europa, com o intuito de aproveitar o potencial de fornecimento dos países do Norte da África e do Mediterrâneo Oriental, como Argélia, Egito e Chipre, e diversificando seus fornecedores. Nesse sentido, destaca-se o gasoduto *Cyprus East Med Pipeline* que liga o Chipre a Creta em direção a Grécia e o desenvolvimento de novos terminais de GNL como por exemplo no Chipre, na Grécia e na Bósnia e Herzegovina (EUROPEAN COMMISSION, 2014b).

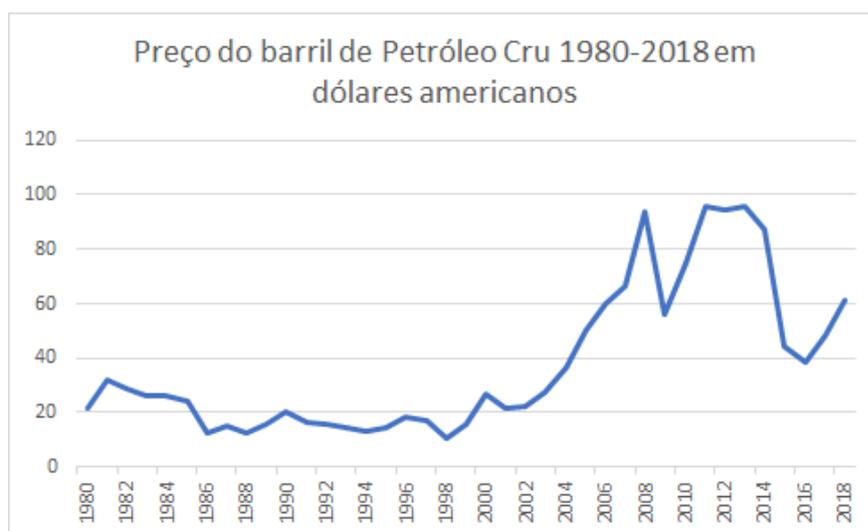
3.2 Dependência econômica russa em relação à UE

Como visto anteriormente, boa parte dos recursos russos advêm dos hidrocarbonetos e de suas exportações. A União Europeia é o principal parceiro comercial da Rússia e 68% dos produtos importados pelo bloco são recursos

energéticos (EUROSTAT, 2019d). Como a economia russa é altamente dependente desses hidrocarbonetos e de suas exportações, na prática, a Federação Russa também é dependente da União Europeia. Vale ressaltar que os principais dutos da Rússia estão direcionados ao mercado europeu, o que torna a Europa um parceiro comercial praticamente inevitável para as empresas russas. Outrossim, a dependência russa dos hidrocarbonetos tende a aumentar, visto que esse é o principal setor da economia e as tentativas de diversificação são dificultadas pelo próprio setor energético do país. Isso se dá pela sobrevalorização da moeda através da entrada de divisas estrangeiras na exportação de hidrocarbonetos. Por sua vez, isso causa uma diminuição da competitividade da economia, principalmente a indústria manufatureira, e desencoraja o investimento e desenvolvimento de outros setores da economia. Esse é mais um exemplo da “Doença Holandesa”.

Uma maneira clara de avaliar essa dependência²⁹ é através do comportamento de sua economia em relação ao preço do petróleo. Entre 2000 e 2007, onde os preços da *commodity* estavam sendo negociados a valores mais altos a economia russa teve um desempenho bom, com o PIB crescendo acima de 5% em praticamente todo esse período. Com a queda do preço entre 2008 e 2009 a economia russa sofreu uma forte queda, com uma retração de quase 8% do PIB, como pode ser visto nas figuras 16 e 17.

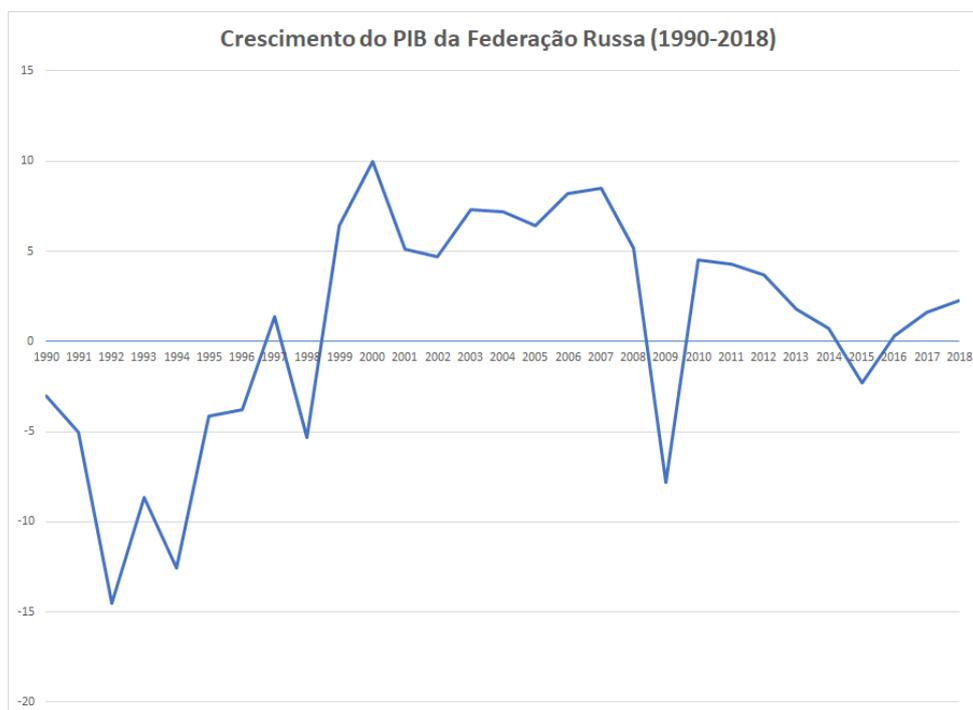
Figura 16 - PREÇO DO BARRIL DE PETRÓLEO (1980-2018)



Fonte: EIA (2019)

²⁹ Outro ponto relevante é que a UE é a principal fonte de moeda forte da Federação Russa, que necessita desses ganhos para estabilizar sua economia.

Figura 17 - CRESCIMENTO DO PIB RUSSO (1990-2018)



Fonte: WORLD BANK (2019a)

Uma das estratégias russas para diminuir a dependência do petróleo e gás natural foi a criação de um fundo para reduzir o impacto de possíveis desvalorizações do preço do petróleo. Em 2004, foi criado o Fundo de Estabilização da Federação Russa onde parte das receitas de impostos de exportação e extração mineral sobre o petróleo bruto seriam transferidos para o Fundo quando os preços do mercado mundial do petróleo excedessem um preço base especificado (TABATA, 2007). Durante o período de 2004 a 2007, 4.456,7 bilhões de rublos foram gerados e transferidos para o fundo. A quantia considerável de recursos que entrou no fundo, permitiu o financiamento de déficits do Fundo de Pensão e também o pagamento de dívidas externas no mesmo período. Em novembro de 2007 o Fundo continha o equivalente a 147,6 bilhões de dólares (3,649.3 bilhões de rublos). No mesmo período, as reservas internacionais dispararam, de 120,8 bilhões de dólares em 2004 para 466,7 bilhões em 2007 (WORLD BANK, 2019c). Esse aumento de quase quatro vezes nas reservas está ligado às recorrentes compras de dólares pelo Banco Central da Rússia, que tinham como objetivo mitigar a “Doença Holandesa” russa prevenindo uma sobrevalorização do rublo (TABATA, 2007).

Em 2008 esse sistema foi alterado, onde o Fundo de Estabilização foi dissolvido e deu lugar ao Fundo Nacional de Bem-Estar e do Fundo de Reserva. Na prática, o Fundo de Reserva assumiu o papel do Fundo de Estabilização, servindo como apoio na manutenção da estabilidade econômica da Rússia enquanto o Fundo Nacional de Bem-Estar tinha o intuito de apoiar o sistema previdenciário do país. Com isso o governo planejou um valor base de 10% do PIB anual para o primeiro com a transferência de recursos para o segundo esse montante fosse atingido. Os recursos são provenientes das receitas de impostos e taxas arrecadados sobre a extração de hidrocarbonetos correspondendo à arrecadação tributária que exceder 3,7% do PIB da Federação da Rússia estimado para o ano orçamentário (RÚSSIA, s.d). Com a desaceleração econômica causada pela Crise Financeira de 2008 e a diminuição do preço do barril do petróleo, a Federação Russa utilizou uma quantidade considerável do Fundo de Reserva, que atingiu o valor de 25,2 bilhões de dólares em janeiro de 2012 (INOZEMTSEV, 2018).

No final de 2017 o Fundo de Reserva tinha o montante de 17 bilhões de dólares e foi mesclado ao Fundo Nacional de Bem-Estar, que foi redesenhado como um fundo que pudesse complementar o orçamento e tinha no mesmo período a quantia de 66,9 bilhões (MOSCOW TIMES, 2018). Atualmente o fundo conta com 124,1 bilhões de dólares em ativos (equivalente a 7,2% do PIB) em um cenário macroeconômico mais favorável, visto que o preço do petróleo se recuperou da mínima de 2015 (RÚSSIA, 2019b).

3.3 Reflexos da dependência

Segundo Stacy Closson (2009), a Rússia tem três grandes desafios no que tange sua atuação no setor de energia europeu. O primeiro é que a União Europeia é o principal parceiro econômico desse país, que está buscando alternativas para diminuir seu consumo de energia e dependência energética. Com isso, a Rússia enfrenta um potencial problema de insegurança da demanda, o que a força a buscar potenciais compradores, principalmente na Ásia. O segundo desafio é em relação aos países de trânsito do gás russo e os reflexos que eles têm nas relações com a Europa. Um exemplo desse efeito foi a Crise da Ucrânia de 2006, que dentre outras consequências, mudou a percepção europeia acerca da confiabilidade do gás russo. Nesse caso, a atuação da Rússia vem sendo guiada em promover novas rotas de petróleo e gás que contornam esses Estados, de maneira a fornecer energia

diretamente aos Estados Europeus sem a intromissão de atores externos, de maneira a garantir um fornecimento de energia confiável e de longo prazo. Um exemplo dessa situação foi a construção do gasoduto *Nord Stream*, que diminuiu consideravelmente a importância dos gasodutos que atravessam a Ucrânia e Bielorrússia. O Terceiro desafio está ligado ao conceito de reciprocidade das relações UE-Rússia. Segundo a autora:

For Russia, energy security has tended to mean security of demand by foreign customers at fair and preferably high prices. This approach runs counter to Europe's concept of energy security as the diversification of supply³⁰ (CLOSSON, 2009 p. 98-99).

Em suma, a Rússia vê a UE como fator importante na sua segurança energética, visto que é o seu principal parceiro econômico, ao passo que o bloco europeu relaciona segurança energética com a diversificação da oferta, o que por vezes coloca ambas as visões em direções opostas. Com a abertura do mercado energético europeu, a Rússia aproveitou para expandir a atuação de suas empresas dentro desse território, com participações na extração de combustíveis e em projetos de gasodutos, por exemplo. Ao mesmo tempo a Federação Russa tem resistido em abrir seus mercados para empresas estrangeiras dentro do campo energético, que gostariam de aproveitar as vantagens de investir em território russo. Vale ressaltar que não é interessante para os fazedores de política do Estado Russo abrir o mercado para atores externos, pois isso diminuiria o controle estatal nesse setor e reduziria possibilidade de utilizar esses recursos como arma política.

³⁰ Para a Rússia, segurança energética tende a significar segurança da demanda de clientes estrangeiros a preços justos e preferencialmente altos. Essa abordagem vai contra o conceito europeu de segurança energética que é a diversificação de fornecimento (tradução nossa).

4 RECURSOS ENERGÉTICOS COMO FERRAMENTA DE POLÍTICA EXTERNA

4.1 A arma energética russa

No Capítulo 3 vimos que há uma forte relação de codependência entre a Rússia e a União Europeia. Essa relação tem se fortalecido nos últimos anos, principalmente devido ao aumento da produção russa de hidrocarbonetos e a maior necessidade da UE de importar combustível estrangeiro. Neste capítulo, veremos de que forma a Rússia consegue aproveitar essa dependência de seus importadores de energia e como ela a utiliza para obter vantagens políticas.

Segundo Stegen (2011), quatro estágios são necessários para um Estado transformar seus recursos energéticos em capital político.

First, the state must consolidate the country's energy resources. Second, the state must acquire control of transit routes. Third, the state must use the energy resources in an attempt to further its own political objectives by—either implicitly or explicitly— threatening, punishing, or rewarding a targeted client state. [...] fourth stage: the reaction of the dependent government to the threats, price hikes or cut-offs (STEGEN, 2011, p. 6506-6507).

O primeiro passo foi implementado por Putin no seu primeiro governo (2000-2008). Como foi visto no capítulo 2, nesse governo há a reestatização de empresas e a retomada do controle de empresas pela administração estatal, como foi o caso da Yukos, Rosneft e Sibneft. Também há, em 2005, a compra de 10,74% da Gazprom pelo governo russo, aumentando a composição acionária do governo para mais de 50%, tornando-o controlador da companhia (NEW YORK TIMES, 2005). No mesmo ano também há a compra da Sibneft pela Gazprom, numa aquisição de 13,1 bilhões de dólares, posteriormente nomeando-a como Gazpromneft (GOLDMAN, 2008). A partir dessa estratégia, a participação do Estado Russo na produção de petróleo aumentou de 16% no ano de 2000 para 50% no final de 2007 (GOLDMAN, 2008). No setor do gás natural a participação do governo também aumentou consideravelmente, com a Gazprom comprando suas concorrentes e expandindo seu monopólio no setor de gás natural (STEGEN, 2011).

Com essas ações a Federação Russa reorganizou a cadeia produtiva, aumentando a participação do estado nas empresas do setor energético ao mesmo tempo em que o preço do petróleo subia. Isso contribuiu para o desenvolvimento do setor, o que foi refletido no aumento da produção desses recursos durante esse período.

O segundo estágio está ligado ao controle do transporte dos produtos energéticos. Nesse sentido, vale lembrar a importância da Transneft, que detém o

monopólio do transporte do petróleo por gasodutos dentro do território russo e da Gazprom, que detém o monopólio da exportação de gás natural e possui uma extensa rede de gasodutos. Fora do território russo, a Gazprom adquiriu vários ativos ligados ao setor energético, como redes de infraestrutura na Moldávia, Armênia e Polônia. Também é relevante a participação russa em companhias relacionadas a distribuição de gás nos Estados Bálticos e as aquisições de 50% da Beltransgaz, a operadora do gasoduto que atravessa a Bielorrússia, e da Kyrgyzgaz, que operava no Quirguistão, por exemplo (RADIO FREE EUROPE, 2014) (KORTEWEG, 2018).

Além disso a Rússia tem grande participação em outras importantes rotas de transporte de gás como a *Nord Stream 1 e 2*, *Blue Stream*, *Turk Stream*, *Yamal*, *Power of Siberia*, dentre outros. A maioria dessas rotas são operadas através de *joint-ventures* e muitas tem o controle da Federação Russa, através da Gazprom, como é o caso da *Nord-Stream* e da *Beltransgaz*, como pode ser visto na Tabela 5.

Tabela 5 Participação da Gazprom em ativos no setor de energia

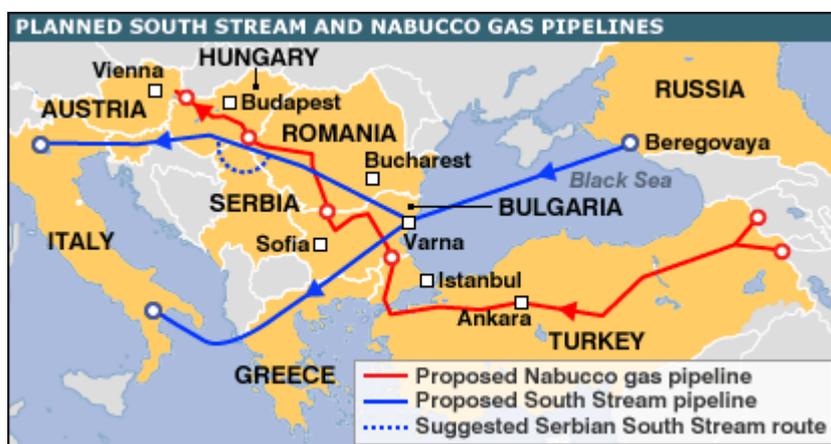
Nome	Porcentagem de participação da Gazprom
Gasoduto Nord Stream 1, Alemanha	51 por cento
Gasoduto Blue Stream, Turquia	50 por cento
Vemex, República Checa	50,1 por cento
Beltransgaz, Bielorrússia	100 por cento
Europol Gaz, Polônia (se conecta ao gasoduto Yamal-Europa)	48 por cento
Overgas, Bulgária	50 por cento
Panrusgas, Hungria	50 por cento
Latvijas Gaze, Lituânia	34 por cento
EuRoPol Gaz, Polônia	48 por cento
Vemex, Eslováquia	50,1 por cento
MoldovaGaz, Moldávia	50 por cento mais 1 ação
Gasum, Finlândia	25 por cento (ações compradas pelo Estado Finlandês em 2015)
Wintershall	50 por cento da WIEE e 100% por cento da Wingas

Fonte: (HOLZ et al., 2014)

Além de promover a construção de novas rotas, a Rússia também tem colocado em prática estratégias para enfraquecer projetos de gasodutos que a desfavorecem, como foi o caso do projeto *Nabucco*, que transportaria gás do Mar Cáspio para a

Europa. Em resposta, a Federação Russa apresentou o projeto *South Stream*, que transportaria gás da própria Rússia para a Europa através do Mar Negro, como pode ser visto na Figura 18.

Figura 18 - Projetos dos gasodutos South Stream e Nabucco



Fonte: BBC (2008).

No fim, nenhum desses projetos foram concluídos e a estratégia da Rússia saiu vencedora, mesmo com seu projeto também sendo cancelado em 2014 (BBC, 2014). Posteriormente, o projeto foi sucedido pelo *Turk Stream* que deve estar em funcionamento no final de 2019 e liga o gás russo à Turquia através do Mar Negro (ARIS, 2019).

Em suma, a Federação Russa conseguiu, nos últimos anos, consolidar as rotas de transporte de recursos energéticos dentro e, em grande medida, fora de seu território. Com isso, a Rússia tem muito mais poder de influência e habilidade para controlar o fluxo da energia exportada para os países consumidores. Por conseguinte, o Estado pode utilizar essa habilidade, ou poder, para tentar obter resultados políticos.

O terceiro, e talvez mais importante estágio, é a maneira na qual o Estado utiliza seus recursos energéticos para tentar obter proventos políticos. Segundo Stegen (2011) o Estado pode implementar isso de basicamente três formas: “ameaçando, punindo ou recompensando um Estado alvo” e no caso da Rússia é mais utilizada no âmbito do gás natural.

A ameaça pode ser realizada em vários sentidos. Pode ameaçar cortar ou reduzir o fornecimento, ameaçar aumentar o preço dos recursos, ameaçar reduzir o trânsito de energia (só funciona com países de trânsito) ou ameaçar criar ou aumentar tarifas de exportação, por exemplo. Essas ameaças podem ou não ser concretizadas

e servem para influenciar ou obrigar um Estado consumidor a realizar determinada ação.

Outra forma de ameaça é a relacionada com dívidas dos importadores de energia e a exigência do pagamento. Essa última estratégia foi muito utilizada para barganhar e ou para pressionar a venda de empresas de outros países com o intuito de acabarem no controle russo. Esse foi o caso na aquisição da *Kyrgyzgaz* e da *Beltransgaz*, que detinham dívidas com a Federação Russa.

Parte da estratégia de utilizar os recursos energéticos consiste em recompensar ou punir os Estados consumidores. As recompensas geralmente são dadas aos Estados aliados e consistem em, principalmente, preços subsidiados para os recursos energéticos ou facilidades para a obtenção dos recursos. As punições vêm no caminho inverso, quando as ameaças não foram frutíferas e o Estado fornecedor vê como vantajoso punir o Estado consumidor com, por exemplo, aumento no preço dos recursos ou com cortes no fornecimento.

Durante o período de 1994 a 2005, a Ucrânia do Presidente Kuchma tinha relações bem próximas com a Rússia. Nesse período foi assinado um Tratado de Cooperação, Amizade, Cooperação e Parceria e o Russo foi designado como língua oficial ucraniana. Nesse ínterim, a Ucrânia gozava de generosos descontos na compra de gás natural. No decorrer da presidência de Kuchma o gás custava o equivalente a 50 dólares por mil metros cúbicos. Em comparação, em 2001 a Alemanha pagou em torno de 79 a 99 dólares pela mesma quantidade, valor este que não contabiliza o preço do transporte que era de 27 dólares (KORTEWEG, 2018, p.17).

Em 2005, depois de uma eleição conturbada e com suspeitas de fraudes eleitorais, Viktor Yanukovich, considerado sucessor de Kuchma e amigável a Moscou, venceu Viktor Yushchenko, um candidato considerado pró-ocidental. Contestando a validade da eleição, apoiadores de Yushchenko foram às ruas e a recontagem dos votos foi ordenada pela Suprema Corte Ucraniana em Dezembro de 2004. Em 2005, sob a fiscalização de observadores internacionais, houve a recontagem dos votos e Yushchenko foi declarado Presidente, levando ao fim da Revolução Laranja.

No governo de Yushchenko, Kiev buscou uma maior aproximação com o ocidente, notoriamente com a União Europeia, ao mesmo tempo que virava as costas para a Rússia. Com isso, não era mais interessante para a Rússia continuar subsidiando os recursos energéticos exportados para a Ucrânia. Na verdade, uma aproximação da Ucrânia com a União Europeia iria contra as estratégias da Rússia

na região, que não queria perder o controle do país por onde a mais importante rota de gás passava na época.

Em 2005, a Duma aprovou uma resolução que dizia que os países da CEI (Comunidade dos Estados Independentes), incluindo a Ucrânia, deveriam pagar os preços de mercado de gás natural. Conseqüentemente a Gazprom anunciou um aumento de três vezes no preço do gás para a Ucrânia para US\$160 e posteriormente US\$230 por mil metros cúbicos (KORTEWEG, 2018, p.17). Além disso, a estatal russa demandou o pagamento das dívidas acumuladas. Com a falta de acordo em relação ao preço do gás e o não pagamento das dívidas, no início de 2006, o fornecimento de gás para a Ucrânia foi cortado. A crise se resolveu com um acordo entre as partes, com um novo preço de 100 dólares por mil metros cúbicos, o dobro que a Ucrânia pagava antes do acordo, porém ainda abaixo do preço internacional (NEWNHAM, 2010, p. 141). Apesar dos motivos alegados serem de teor econômico —o pagamento das dívidas e a renegociação dos preços— é notório um *timing* muito próximo ao dos eventos citados e nos sugerem que foi, de fato, uma punição de Moscou.

Em 2008, outra crise se aflorou, dessa vez em virtude de outro governo que não era amigável a Moscou. Com a formação do governo de Yulia Tymoshenko como Primeira Ministra, a Gazprom demandou novamente o pagamento de dívidas. Com o não pagamento, há novamente um corte no fornecimento de gás.

Ainda no mesmo ano outra disputa emergiu, com a Rússia cortando o fornecimento de gás para o país alegando novamente o não pagamento de dívidas. Na prática, o corte foi uma repreensão russa ao apoio de Yushchenko à Geórgia durante o conflito com a Rússia. A crise iniciou em Dezembro, com a Rússia demandando o pagamento das dívidas e as reduções no fornecimento de gás se deram em janeiro de 2009, durante o inverno ucraniano. Em resposta à redução do fornecimento de gás, a Ucrânia utilizou para consumo próprio o gás das rotas de trânsito, que eram direcionados para a Europa, causando uma disrupção de gás em vários países da UE. Em 7 de janeiro de 2009, a Rússia interrompeu todo o fornecimento de gás para a Europa que passava pelos dutos ucranianos (THE GUARDIAN, 2009).

Em 2010, há outro exemplo do poder dos recursos energéticos da Rússia. Neste ano, há um acordo entre Moscou-Kiev onde a Ucrânia troca o arrendamento, por mais 25 anos, de uma base naval no porto de Sevastopol por uma redução de 30% no preço do gás natural russo, em um acordo altamente contestado pela

oposição ucraniana e bastante benéfico para a Rússia (WATSON; TKACHENKO, 2010).

Em 2013, após grande pressão Russa, Yanukovych decidiu suspender as preparações para um acordo com a União Europeia, e assina um acordo comercial para se unir na União Econômica Eurasiática (BBC, 2013b). Como recompensa pela reaproximação, a Rússia comprou 15 bilhões de dólares em dívidas do governo e ofereceu um generoso desconto no gás natural, com o preço caindo de US\$ 400 para US\$ 268,50 por mil metros cúbicos (BBC, 2013a).

Após os protestos da população que culminaram na destituição do Presidente Yanukovych³¹ e a anexação da Crimeia pela Rússia, em Março de 2014, as disputas de gás voltaram a ocorrer, levando a vários cortes no fornecimento de gás. Em abril, no meio dessa grande instabilidade política, a Gazprom anunciou um aumento no preço do gás para US\$485 por mil metros cúbicos (BURMISTROVA; ZINETS, 2014), um aumento de 80%. O aumento no preço veio novamente com a justificativa de falta de pagamentos, porém fica claro que o objetivo russo era aumentar a pressão político-econômica no país um mês após a invasão. Em junho há o primeiro corte na distribuição do gás dessa crise, com a Rússia alegando o não pagamento de US\$2 bilhões em dívidas atrasadas (MACFARQUHAR, 2014). Após essa interrupção um novo modelo foi acordado para a distribuição de gás para a Ucrânia, com pagamentos adiantados e um custo menor para o país do Leste Europeu. Por fim, em 2015, houve outra suspensão no fornecimento de gás, dessa vez com a alegação de desentendimentos em relação aos pagamentos adiantados de gás (BBC, 2015).

Como vimos durante essas crises, a Gazprom ou governo russo, geralmente alegaram razões econômicas para as interrupções ou mudanças de preço do gás.

If Gazprom (and ultimately, the Kremlin) truly prioritized commercial concerns over political ones, we would expect to see more frequent and consistent use of legal processes to enforce agreements and settle disputes (i.e., court and arbitration cases) and fewer questionably timed price increases and supply curtailments. Gazprom's choices can create serious consequences for gas consumers further down the pipeline in Europe (COLINS, 2017)³².

³¹ Esses protestos e manifestações ficaram conhecidos na Ucrânia como Revolução de Maidan.

³² Se a Gazprom (e, em última análise, o Kremlin) realmente priorizasse as preocupações comerciais em detrimento das preocupações políticas, esperaríamos ver um uso mais frequente e consistente de processos legais para fazer cumprir acordos e resolver disputas (isto é, casos de tribunais e arbitragens) e menos aumentos de preços em períodos duvidosos e cortes de fornecimento. As escolhas da Gazprom podem criar sérias consequências para os consumidores de gás mais adiante na Europa (tradução nossa).

Na prática, esses eventos tiveram por trás um racional geopolítico em uma região considerada estratégica para a Rússia. Vale lembrar que os gasodutos que passam pela Ucrânia eram (e ainda são) de extrema importância para o transporte de gás para a União Europeia, o principal comprador de gás russo.

As Crises do Gás Natural na Ucrânia servem para ilustrar as maneiras nas quais a Rússia pode utilizar seus recursos energéticos como arma política. Outros exemplos foram muito bem compilados por Rem Korteweg (2018) em um estudo encomendado pela Comissão de Assuntos Externos do Parlamento Europeu e sintetizado na Tabela 6 que pode ser conferida a seguir.

Tabela 6- Utilização da energia como ferramenta política pela Rússia

Data	País Afetado	Evento	Lógica Geopolítica	Lógica Econômica
1993	Ucrânia	Corte de 25% no fornecimento de gás	Pressão para enviar armas nucleares de volta para a Rússia	Falta de pagamentos de Kiev
Janeiro de 2003	Letônia	Corte no suprimento de petróleo para o terminal de exportação Ventspils	Esforço para ganhar controle da Ventspils Nafta/ Exercer controle sobre rotas de exportação de petróleo	Tarifas de exportação do terminal consideradas muito altas
Fevereiro de 2004	Bielorrússia	Corte de 100% no fornecimento de gás por 30 horas	Pressão para adquirir Beltransgaz	Falta de pagamentos de gás natural
Final de 2005	Bielorrússia	Desconto significativo no gás para 46,68 dólares por tcm	Recompensa para ter acesso à Beltransgaz	Não divulgado
Janeiro de 2006	Ucrânia	Disrupção no fornecimento de gás	Punição do pro-ocidente Viktor Yuschenko por procurar laços mais próximos com a UE e a OTAN	Dívida por pagar e disputa de preços após término do contrato
29 de julho de 2006	Lituânia	Transneft para fornecimento	Punição após Refinaria	Problema técnico

		de petróleo por oleodutos que alimentavam refinaria Mazeikiu	Mazeikiu ser vendida para a polonesa PKN Orlen	
2006	Moldávia	Aumento no preço do gás	Sinalização política no início da Crise Ucraniana	Não pagamento de dívidas
2006	Armênia	Aumento no preço do gás	Compra do gasoduto Armênia-Irã e encerramento de fornecedores alternativos	Adaptação à precificação de mercado
Março de 2008	Ucrânia	Corte no fornecimento de gás de 25-50%	Retorno de Yulia Tymoshenko como Primeira Ministra em dezembro de 2008	Dívida por pagar
Julho de 2008	República Checa	Redução no fornecimento de petróleo	Punição por assinar acordo sobre sistemas de radar antimíssil dos EUA	Problema técnico
Dezembro de 2008-janeiro de 2009	Ucrânia	Corte no fornecimento de gás	Punição pelo apoio do presidente Yuschenko à Geórgia na guerra de 2008	Interrupção das conversas sobre dívidas antigas e precificação futura
2011	Bielorrússia	Compra da Beltransgaz	Controle sobre importante gasoduto de trânsito	Garantia sobre dívida de gás
Julho de 2013	Quirguistão	Compra da Kyrgyzgaz	Consolidar influência geopolítica da Rússia no Quirguistão	Cancelamento da dívida da Kyrgyzgaz
Agosto-dezembro de 2013	Armênia	Aumento no preço do gás seguido de desconto no gás	Convencer Armênia a se juntar a União Econômica Euroasiática	Não divulgado
Setembro/Octubre de 2014	Polônia, Eslováquia e Alemanha	Redução no fornecimento de gás nos	Aumentar pressão na preparação de	Esforço para parar a reexportação

		gasodutos Yamal-Europa e Gasoduto da Irmandade	novas sanções da UE	do gás russo para a Ucrânia através da Polónia e Eslováquia
Novembro de 2015	Ucrânia	Corte no fornecimento de gás	Conflito na Ucrânia	Não pagamento adiantado para os próximos recebimentos de gás. Reversão dos descontos anteriores
Fevereiro de 2016	Venezuela	Rosneft aumenta participação acionária na Petromonagas para 40%	Aumentar influencia russa na América do Sul, e apoiar regimes anti-Estados Unidos,	Acesso a novos ativos de petróleo
Final de 2016- Início de 2017	Bielorrússia	Aumento no preço do gás	Pressão pela Bielorrússia se abrir para a UE	Não divulgado
2017	Venezuela	Empréstimo da Rosneft para a PDVSA	Aumento no ponto de apoio russo na América do Sul	Acesso a novos ativos de petróleo
Começo de 2017	Turcomenistão	Bloqueio de exportações turcomenas para a Rússia	Isolar potencial competidor	Desacordo sobre preços
2020 (data da conclusão prevista)	Ucrânia	Gasodutos Nord Stream 2 e Turkish Stream	Punir vizinho que deixou de ser útil e aumento na pressão sobre a Europa central e ocidental	Evitar país de trânsito

Fonte: (KORTEWEG, 2018)

O quarto e último estágio na qual um Estado necessita para transformar seus recursos energéticos em capital político diz respeito a reação do Estado às ameaças ou recompensas recebidas. No que tange uma recepção bem-sucedida, o Estado que recebeu ameaças ou punições deve mudar seu comportamento ou, se se trata de uma

recompensa, o Estado deve manter a mesma atitude. No caso da Ucrânia a estratégia russa não teve sempre o mesmo resultado.

Entre 1994 e 2005 pode-se dizer que, pelo menos indiretamente, a estratégia russa deu resultado, visto que a Ucrânia se mantinha na órbita de influência russa. Contudo, de 2005 a 2010, a estratégia não teve tantos resultados práticos e serviram mais para punir a República da Ucrânia em um momento que este país estava flertando com a União Europeia ou estava indo diretamente contra a Rússia, como foi o caso durante a Guerra da Geórgia no final de 2008.

O uso da arma energética da Rússia vai ter resultados mais concretos em 2010 e em 2013. No ano de 2010 a estratégia foi bem-sucedida pois contribuiu ao Pacto de Kharkiv, que tratava do arrendamento de uma base militar em Sevastopol. Em 2013, a utilização dos recursos energéticos teve um resultado ainda mais expressivo, na medida que Moscou conseguiu frear a aproximação de Kiev com a União Europeia, ao passo que trazia a Ucrânia para mais perto da órbita de influência russa. Outras vezes que este recurso teve sucesso foi, por exemplo, na aquisição da *Kyrgyzgaz* e da *Beltransgaz*. Nesses casos a Federação Russa conseguiu utilizar com sucesso a dívida desses países, em conjunto com a dependência dos recursos, para adquirir duas empresas que ajudam a consolidar o controle dos gasodutos por parte da Rússia.

A percepção que o fornecimento de energia estava sendo utilizado como arma política levou a resultados interessantes na União Europeia, que buscou de forma ainda mais acentuada a diversificação das fontes e rotas de energia. Nesse caso, as crises de energia na Ucrânia contribuíram para uma maior aceitação na construção do gasoduto Nord Stream, visto que com essa infraestrutura a dependência da Ucrânia diminuiria consideravelmente. Isso era vantajoso tanto para a Rússia, que teria uma rota para exportar diretamente aos seus maiores consumidores sem ter que passar pela Ucrânia, mas também para os membros da União Europeia, principalmente a Alemanha. Por certo, o Nord Stream diversificaria as rotas de fornecimento de gás, dando mais segurança energética ao bloco europeu, mesmo continuando com a dependência russa.

Por outro lado, as crises na Ucrânia contribuíram para uma maior atenção, principalmente da UE, no que se refere à dependência energética. Isso trouxe vários projetos que tinham como objetivo garantir outros fornecedores de energia, como foi o caso do *South Stream*. Outras consequências da utilização intensa dos recursos

energéticos e da atuação mais combativa da Rússia foi o fortalecimento de movimentos pró-ocidentais ou pró-Europa em vários países, como foi o caso na Ucrânia principalmente após os protestos de 2014 e da invasão da Crimeia.

É interessante ressaltar que a essas intervenções na Ucrânia só foram possíveis devido ao grau de dependência desse país e do poder que a Rússia historicamente tem na região.

Cesnakas (2016) nota que

The possibilities to use the outlined instruments depend on the latent power of country-supplier on countries-consumers. This latent power naturally develops as a result of the dependency of country-consumer on country-supplier – a certain geo-energetic space. Latent power develops through control of supply and transit. Latent power determines how intensively country-supplier is able to use energy instruments in foreign policy in order to affect the behaviour of countries-consumers (CESNAKAS, 2016, p. 25-26)³³.

Como vimos, a Rússia exerce grande controle nas rotas de gás natural e domina o setor energético de hidrocarbonetos. Por sua vez essa preponderância energética, aliada à necessidade da UE de energia importada, levou a uma condição de dependência mútua que dificulta a utilização dos recursos energéticos por parte da Rússia na União Europeia.

4.2 A arma energética russa na UE

É muito mais difícil para a Rússia utilizar seus recursos energéticos como arma política contra países da União Europeia do que contra Estados com menos relevância político-econômica ou que estão na órbita de influência russa. Contudo, a Rússia utilizou a arma energética em alguns momentos contra membros da UE. Cortes no fornecimento de energia com viés político ocorreram na Lituânia, por exemplo. Em 2006, a Rússia fechou o oleoduto que abastecia a única refinaria desse país, com o motivo de que havia um vazamento. Essa alegação veio após o governo lituano concordar em vender a refinaria para uma companhia polonesa, a PKN Orlen, em vez de aceitar ofertas rivais advindas da Rússia (KRAMER, 2006).

Outro exemplo da arma política aconteceu na Letônia, em 2003, quando ela ainda não fazia parte da União Europeia. Nesse caso o que se sucedeu foi o corte no

³³ As possibilidades de utilizar os instrumentos descritos dependem do poder latente do país-fornecedor nos países-consumidores. Esse poder latente se desenvolve naturalmente como resultado da dependência do país-consumidor no país-fornecedor [em] um certo espaço geoenergético. Poder latente se desenvolve através do controle do fornecimento e do trânsito. O poder latente determina quão intensamente o país-fornecedor é capaz de usar instrumentos energéticos na política externa a fim de afetar o comportamento dos países-consumidores (tradução nossa).

fornecimento de petróleo para o terminal de exportação de Ventspils, que é o maior dos Países Bálticos. Esse porto transportava naquele período aproximadamente 340 mil barris de petróleo russos por dia, o que respondia por grande parte do seu lucro (LELYVELD, 2003). A Transneft afirmou que parou de exportar por esse terminal devido a altas tarifas e que redirecionaria sua exportação pelo terminal de Primorsk, na Rússia. Essa alegação veio em um momento no qual o governo letão anunciou a intenção de vender 38% de sua participação na empresa. Dessa forma, a suspensão no fornecimento de petróleo funcionaria para pressionar o governo letão a vender a infraestrutura para a Rússia. Ademais, esse ato da Rússia pode ser visto como uma punição russa à Letônia, que no mesmo período havia recebido um convite para adentrar na OTAN (Organização do Tratado do Atlântico Norte) (MITE, 2003).

Outro uso político dos recursos energéticos a partir da Rússia deu-se na Estônia, em 2007. Nesse caso o enfrentamento se originou devido a mudança de localização de um memorial de guerra da era soviética. A remoção causou ira da Rússia e de estonianos de etnia russa, que consideraram o ato uma blasfêmia. Na visão da maioria dos estonianos, o memorial era um lembrete dos anos de ocupação soviética e o que se sucedeu foram protestos nas ruas e uma reação da Rússia (MYERS, 2007). Como resposta, a Rússia cortou o fornecimento de derivados de petróleo, que eram transportados via modal ferroviário e posteriormente reexportados para a União Europeia. Em relação ao corte, a Rússia alegou que a suspensão do fornecimento era devido a manutenção nos trilhos de trem que vão para a Estônia (ZHDANNIKOV, 2007).

Como podemos ver, há recorrências quando tratamos do uso dos recursos energéticos pela Federação Russa. A mais nítida é que elas sempre são, pelo menos na teoria, sustentadas por algum motivo que não seja o político, geralmente algum motivo econômico ou algo relacionado a infraestrutura. Outra reincidência está ligada a relevância político-econômica e militar dos países que sofreram os cortes ou ameaças advindas da Rússia. Em geral, eles são países pequenos, com economias e exércitos bem menos significativos do que a Rússia e que estão ou já estiveram na órbita de influência desse país. Outro fator é que esses países são bastante dependentes energeticamente da Rússia, o que dá uma superioridade para a Rússia na relação. De fato, custa muito pouco para a Rússia fazer interrupções de petróleo ou gás natural para países como Lituânia, Estônia e Geórgia, por exemplo, mas a história poderia ser muito diferente se levássemos em conta algum país com relevância

político-econômica ou militar mais significativa, como Alemanha, Holanda ou China. Nesses casos, disrupções no fornecimento de energia, por exemplo, poderiam ser um sacrifício muito grande para a economia russa e provavelmente só seriam utilizados em último caso.

Devido a essa dependência econômica com a União Europeia, a Rússia necessita buscar outros mecanismos para exercer a sua influência e transformá-la em capital político. Segundo a *Alliance for Securing Democracy* e C4ADS (2019) a

Russian energy politics go beyond pipeline power to include financial and other malfeasance:

- The use of energy delivery intermediaries, often based in Switzerland, to enrich favored elites in consumer countries;
- Russian use of energy firms to conduct political financing designed to influence the political affairs of consumer countries; and
- The pursuit of politically driven energy decisions in the fields of natural gas and nuclear power (ALLIANCE FOR SECURING DEMOCRACY; C4ADS, 2019b, p.2)³⁴.

Assim como as outras armas energéticas, o objetivo dessas táticas é ganhar alguma vantagem política e, levando em conta a maior dificuldade da Rússia influenciar a maioria dos países da UE por vias diretas, são mecanismos que permitem esse país interferir nos seus principais consumidores de energia.

Segundo o jornal BuzzFeed, um exemplo dessas estratégias se deu na Itália em 2018, quando supostamente a Rússia estava envolvida em um acordo ilegal para financiar o partido de extrema direita *Lega Nord*, de Matteo Salvini (NARDELLI, 2019). A suposta negociação envolveria a venda de combustível russo para a italiana Eni, com um desconto de 4%, onde a diferença em relação ao valor total (aproximadamente 65 milhões de dólares) seria utilizada para financiar o partido antes das eleições parlamentares de Maio. Outra suposta intervenção se deu através da candidata a presidente da França nas eleições de 2017, Marine Le Pen, do partido de extrema direita *Rassemblement National*. Segundo a *Alliance for Securing Democracy* e C4ADS (2019a) o Estado russo esteve envolvido no empréstimo de 9,4 milhões de euros para o partido de Le Pen, via um pequeno banco tcheco-russo em 2014. O empréstimo coincidiu com a anexação da Crimeia pela Rússia. Enquanto boa parte

³⁴ [A] política energética da Rússia vai além do poder dos dutos e incluem improbidades financeiras e outras: -O uso de intermediários na distribuição de energia, frequentemente baseados na Suíça, para enriquecer elites favorecidas em países consumidores; - [O] uso russo de empresas de energia para conduzir financiamentos políticos designados para influenciar os assuntos políticos de países consumidores; - A busca por decisões de energia nos campos de gás natural e de energia nuclear orientadas politicamente (tradução nossa)

da comunidade internacional repudiou o ato, Le Pen esteve do lado da Rússia, alegando que a anexação foi legítima (BATCHELOR, 2017).

Embora seja difícil de comprovar essas alegações os resultados práticos trouxeram algum retorno para a Rússia. Em ambos os casos Moscou costurou uma ligação com esses representantes e, a partir disso, recebeu proventos políticos.

Outra maneira de transformar a preponderância dos recursos energéticos em vantagem política é através da atuação de empresas em outros territórios, principalmente financiando partidos políticos que são amigáveis ao Kremlin. Na Lituânia e na Letônia, empresas russas financiaram partidos que eram contra a entrada desses países na UE, por exemplo (GIEDRAITIS, 2007).

Também pode-se citar a ligação de Gerard Schröder, que foi chanceler da Alemanha entre 1998 e 2005, com o Kremlin. Nota-se que o ex-chanceler, que é atualmente membro do conselho da Rosneft, atua a favor dos interesses da Rússia, servindo de lobista para Moscou (NELSON, 2018). Schröder foi fundamental para a aprovação do gasoduto *Nord Stream*, que ocorreu durante seu governo, e atualmente é mais uma figura que apoia o projeto *Nord Stream 2*, sendo bastante influente principalmente dentro do partido SPD (GRIGAS, 2018); (DEMPSEY, 2016). A Rússia também utilizou de subornos para garantir que seus interesses não fossem prejudicados. No caso do projeto *Nord Stream*, houveram doações para pesquisas que apontavam a necessidade do projeto e o caráter não nocivo ao meio ambiente do empreendimento. Um exemplo é o de um professor da Universidade de Gotland, que recebeu doações no valor de mais de 500 mil dólares, e que inicialmente se preocupava com os danos ambientais causados pelo projeto (THE LOCAL, 2009).

Outro ponto que fortalece a atuação da Rússia dentro da União Europeia é a insistência da Rússia em negociar via acordos bilaterais, que fortalecem as partes negociantes ao mesmo tempo que fragmenta o mercado energético da UE.

Some countries such as Slovakia, Hungary, and Bulgaria are following the example of major European economies and forming closer bilateral ties with Russia. Unsurprisingly, calls for EU solidarity are the loudest from Poland and the Baltic States. Poland blocking negotiations on EU-Russia treaty only gave Russia an excuse to say that they were forced to make bilateral deals with member countries because EU institutions were paralyzed. Seeing as EU institutions are overloaded by administrative and bureaucratic rules that take too much time and that they are bound to follow, Russia seems to be right to deal with Member States individually. Some Member States that are too weak

when compared to Russia are trying to use their EU membership card to sort out their problems with Russia (SULEJMANOVIĆ, 2014, p.115)³⁵.

Isso se dá porque a maioria dos Estados buscam ganhos relativos, tentando maximizar sua própria segurança energética ao custo de uma menor segurança energética para todos do bloco. Um exemplo dessa conduta foi a construção do gasoduto *Nord Stream*. Enquanto o gasoduto beneficiava a Alemanha com o fornecimento de gás diretamente da Rússia, ele também aumentava a dependência do bloco nesse fornecedor. Além do mais, o projeto tirava influência de países de trânsito, como Polônia e Ucrânia, ficando mais vulneráveis à arma energética russa.

Como vimos, a Rússia tem mecanismos para tirar proveito da dependência energética dos países consumidores de sua energia. Contudo, no que tange a União Europeia a atuação russa é muito mais limitada, dado a dependência econômica da Rússia em relação a esse ator. Não obstante, a Federação Russa engendrou outras maneiras de fazer valer seus interesses na região e tirou proveito da situação aproveitando a desunião europeia em temas relacionados à energia.

³⁵ Alguns países como Eslováquia, Hungria e Bulgária estão seguindo o exemplo das principais economias européias e formando laços bilaterais mais estreitos com a Rússia. Não é de surpreender que os pedidos de solidariedade mais altos da UE sejam da Polônia e dos Estados Bálticos. A Polônia que bloqueou as negociações sobre o tratado UE-Rússia apenas deu à Rússia uma desculpa para dizer que ela foi forçada a fazer acordos bilaterais com os países membros porque as instituições da UE estavam paralisadas. Visto que as instituições da UE estão sobrecarregadas por regras administrativas e burocráticas que levam muito tempo e que devem seguir, a Rússia parece estar certa ao lidar com os Estados-Membros individualmente. Alguns Estados-Membros que são muito fracos em comparação com a Rússia estão tentando usar seu cartão de membro da UE para resolver seus problemas com a Rússia (tradução nossa).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse trabalho buscou analisar a importância da energia para as relações Rússia-UE utilizando como substrato as teorias realistas de Relações Internacionais e conceitos que abordam a segurança energética dos Estados.

No primeiro capítulo montamos um arcabouço teórico que nos ajuda a entender o comportamento dos Estados no Sistema Internacional. Aqui foram utilizadas as teorias realistas de Relações Internacionais que nos ajudam a explicar o motivo que fazem os Estados buscarem poder e nos mostram porque a cooperação se torna mais difícil quando esses Estados competem por recursos finitos, como é o caso do petróleo, por exemplo.

O Capítulo 2 inicia-se com um breve histórico da situação sociopolítica da Rússia após a dissolução da União Soviética e do governo de Yeltsin. Quanto a isso, mostramos como o setor de petróleo e gás natural saiu das mãos do Estado e foi praticamente todo privatizado, em meio a esquemas de corrupção e desordem econômica. A partir da entrada de Putin ao poder (2000-2008) há uma centralização do poder e uma reforma no setor de hidrocarbonetos, o que significou a retomada do controle desses recursos para o Estado. Paralelamente a essa reforma, há uma reorganização da economia russa e uma recuperação econômica, em um momento no qual o preço de petróleo seguia uma tendência de alta que vai chegar a seu topo em 2008.

Ainda nesse capítulo, mostramos a relevância e como se organiza o setor de hidrocarbonetos da Rússia. Tratando desse tema, foram apresentadas as principais empresas do setor e para onde os recursos são exportados, assim como a relevância deles para a economia da Rússia.

No terceiro capítulo, analisamos a dependência energética entre a União Europeia e a Rússia. Iniciamos a análise tratando dos principais tipos de energia consumidos pelo bloco, de onde esses recursos são provenientes e qual é o grau de dependência da energia russa. Também são discutidas neste capítulo as fragilidades da Rússia provenientes da alta dependência do setor de hidrocarbonetos e de seu principal consumidor, a UE.

No quarto e último capítulo foi tratado como a Rússia utiliza seus recursos energéticos como ferramenta de política externa, trazendo exemplos da atuação desse país na Ucrânia e na União Europeia. Em suma, a Rússia utiliza seus recursos energéticos para pressionar outros países a irem de encontro com seus interesses.

Suas ferramentas consistem, basicamente, em manipular o preço e o fornecimento dos recursos energéticos de forma a punir ou recompensar um Estado. Ainda nesse capítulo, analisamos outras maneiras pelas quais a Rússia utiliza seus recursos energéticos como arma política, dessa vez direcionando-se à atuação dela na União Europeia.

Examinando o problema de pesquisa levantado, constatamos que a Rússia, a partir dos anos 2000, elevou seu status no Sistema Internacional ao passo que a União Europeia, de maneira geral, não conseguiu diminuir sua dependência da energia russa. Isso está ligado com as reformas que ocorreram durante o governo Putin, com as políticas que se sucederam a partir de seu governo e com a conjuntura do Sistema Internacional no período, principalmente no que se refere ao preço das commodities energéticas.

No trabalho, vimos que a reforma produtiva na cadeia de petróleo e gás natural devolveram o controle desses recursos para o Estado russo e contribuíram para o aumento da produção, da exportação e, conseqüentemente, do aumento da arrecadação do governo russo a partir desses produtos. É importante ressaltar que não foi somente o aumento das receitas do Estado Russo, provenientes principalmente com o crescimento das exportações ou do aumento do preço das commodities energéticas, que proporcionaram um aumento do poder relativo da Rússia. Esse ponto seguramente é relevante, pois permitiu maiores investimentos no próprio setor e contribuiu para o aumento das reservas internacionais do país, assim como na criação do Fundo Soberano e no aumento do orçamento para o setor militar, por exemplo.

Porém, é também importante a mudança de percepção dos fazedores de política russos, que entenderam que os recursos energéticos poderiam ser utilizados como arma política caso estivessem sobre o controle do Estado. Essa transformação refletiu na reformulação da cadeia produtiva dos hidrocarbonetos russos e permitiu a consolidação desse setor sob o controle do Estado, que soube como utilizar esses recursos dentro de uma estratégia geopolítica. Esses fatores proporcionaram um espaço de manobra maior para a Rússia, que aproveitou para atuar no campo energético de uma forma que a beneficiasse.

Isso está diretamente ligado a construção do gasoduto Nord Stream e na não construção do gasoduto Nabucco, por exemplo, assim como na intervenção russa na Ucrânia, o que evitou uma aproximação desse país com a União Europeia. A influência

russe na Ucrânia é um bom exemplo da combatividade da política externa russa e nos mostra a importância que a Rússia dá para esse país. Contudo, no que tange a União Europeia, a Rússia não consegue manter o mesmo grau de assertividade, dado o elevado grau de dependência econômica proveniente das importações do bloco europeu. No entanto, isso não impede a Rússia de buscar outras formas de tentar garantir seus interesses dentro do bloco. Uma das principais estratégias é evitar que a UE desenvolva políticas comuns. Para atingir isso, a Rússia negocia através de acordos bilaterais e supostamente financia partidos de caráter anti-UE com o intuito de fragmentar o bloco europeu. Com isso, a Rússia faz com que os Estados da União Europeia compitam entre si, com cada membro buscando um acordo melhor para si.

Essa situação é bem explicada pelo Dilema de Segurança. Esse conceito nos indica que os Estados vão colocar os interesses nacionais em primeiro lugar agindo de maneira egoísta e maximizando seu próprio poder relativo ou, nesse caso, sua segurança energética. Essa é uma situação que ilustra bem a dificuldade dos Estados cooperarem em um sistema internacional anárquico.

A partir desse trabalho, pudemos constatar que, de fato, a Rússia utiliza seus recursos energéticos como ferramenta política e que suas motivações estão ligadas a um objetivo de aumentar o poder relativo do Estado Russo tornando-o um *player* cada vez mais relevante no Sistema Internacional. Sua atuação varia de acordo com a relevância sistêmica do país com que ela está lidando e, no caso da União Europeia, a atuação é limitada pela dependência econômica da Rússia.

No momento, a UE caminha para um aumento da dependência por energia advinda do Estado Russo. Caso o bloco tenha sucesso em aumentar sua segurança energética, seja através de fornecimentos de GNL ou de energias renováveis, por exemplo, a relação entre as partes pode mudar. Uma situação parecida pode acontecer com a Rússia. Se esse país vir sua dependência econômica com a União Europeia diminuir, como consequência de uma aproximação com a China, por exemplo, a forma de atuação da Federação Russa perante o bloco europeu pode ter mudanças significativas. O mesmo pode-se dizer caso a UE consiga chegar a políticas comuns em relação a energia. Esse cenário seguramente diminuiria a força da arma energética russa e daria mais margem de manobra para o bloco europeu. Em suma, enquanto existir dependência, a atuação da Rússia na UE vai ser limitada e enquanto o bloco europeu estiver fragmentado, a maior parte dos benefícios políticos irá para Moscou.

REFERÊNCIAS

ALLIANCE FOR SECURING DEMOCRACY; C4ADS. **Illicit Influence Part One: A Case Study of The First Czech Russian Bank**. 2019a. Disponível em: <<https://securingdemocracy.gmfus.org/first-czech-russian-bank-case-study/>>. Acesso em: 8 out. 2019.

ALLIANCE FOR SECURING DEMOCRACY; C4ADS. **Illicit Influence Part Two: The Energy Weapon**. 2019b. Disponível em: <<https://securingdemocracy.gmfus.org/illicit-influence-part-two-energy-weapon/>>. Acesso em: 8 out. 2019.

ANEEL – Agência Nacional de Energia Elétrica. **Atlas da Energia Elétrica no Brasil**. S.d Disponível em: <http://www2.aneel.gov.br/arquivos/pdf/atlas_fatoresdeconversao_indice.pdf>. Acesso em 30 out. 2019.

APEREC, Asia Pacific Energy Research Centre. **A Quest for Energy Security in the 21st Century**. Toquio: Asia Pacific Energy Research Centre, 2007. Disponível em: <https://aperc.ieej.or.jp/file/2010/9/26/APERC_2007_A_QUEST_FOR_ENERGY_SECURITY.PDF>. Acesso em 15 jun. 2019.

ARIS, Ben. **Turkish Stream Pipeline is Almost Finished, Gazprom Says**. The Moscow Times, 10 jul. 2019. Disponível em: <<https://www.themoscowtimes.com/2019/07/10/construction-of-the-turkish-stream-pipeline-90-finished-a66357>>. Acesso em: 28 set. 2019.

BAILEY, Samuel. **Map of the major existing and proposed russian natural gas transportation pipelines to europe**. 2009. Disponível em: <https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Major_russian_gas_pipelines_to_europe.png>. Acesso em: 29 ago. 2019.

BATCHELOR, Tom. Marine Le Pen insists Russian annexation of Crimea is totally legitimate. **Independent**, 3 jan. 2017. Disponível em: <<https://www.independent.co.uk/news/world/europe/marine-le-pen-crimea-russia-putin-ukraine-illegal-annexation-france-front-national-fn-a7507361.html>>. Acesso em: 8 out. 2019.

BBC. **Balkan boost for Russian gas plan**. 2008. Disponível em: <<http://news.bbc.co.uk/2/hi/europe/7195522.stm>>. Acesso em: 28 set. 2019.

BBC. **Russia drops South Stream gas pipeline plan**. 2014. Disponível em: <<https://www.bbc.com/news/world-europe-30283571>>. Acesso em: 2 out. 2019.

BBC. **Russia halts gas supplies to Ukraine after talks breakdown**. 2015. Disponível em: <<https://www.bbc.com/news/world-europe-33341322>>. Acesso em: 3 out. 2019.

BBC. **Russia offers Ukraine major economic assistance**. 2013b. Disponível em: <<https://www.bbc.com/news/world-europe-25411118>>. Acesso em: 2 out. 2019.

BBC. **Ukraine suspends preparations for EU trade agreement**. 2013a. Disponível em: <<https://www.bbc.com/news/world-europe-25032275>>. Acesso em: 2 out. 2019.

BOLANOS, Jose. The Political Economy of Oil: The Limits of Our Ability to Prevent Failure. In: **The International Political Economy of Oil and Gas**. London: Palgrave Macmillan, 2018.

BP – British Petroleum. **BP Statistical Review of World Energy**. 2019. Disponível em: <<https://www.bp.com/content/dam/bp/business-sites/en/global/corporate/pdfs/energy-economics/statistical-review/bp-stats-review-2019-full-report.pdf>>. Acesso em: 5 set. 2019.

BURMISTROVA, Svetlana; ZINETS, Natalia. UPDATE 3 - Russia raises gas prices ofr Ukraine by 80 percent. **Reuters**, Moscou, 3 abr. 2014. Disponível em: <<https://www.reuters.com/article/ukraine-crisis-gas-idUSL5N0MV2WL20140403>>. Acesso em: 3 out. 2019.

ČESNAKAS, Giedrius. Energy resources as the tools of foreign policy: the case of Russia. **Lithuanian Foreign Policy Review**, vol. 35. 2016.

CIA – CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY. **Soviet Energy Data Handbook**, 1990.

CLOSSON, Stacy. Russia's Key Customer: Europe. In: PEROVIC, Jeronim; ORTTUNG, ROBERT; WENGER, Andreas. **Russian Energy Power and Foreign Relations**. Nova Iorque: Routledge, 2009.

COLLINS, Gabriel. Russia's Use of the "Energy Weapon" in Europe. **Issue Brief**, jul. 2017. Disponível em: <<https://www.bakerinstitute.org/files/12025/>>. Acesso em: 3 out. 2019.

CORBETT, Michael. **Oil Shock of 1973-74**. Federal Reserve History, 2013. Disponível em: <https://www.federalreservehistory.org/essays/oil_shock_of_1973_74?WT.si_n=Search&WT.si_x=3>. Acesso em: 23 jun. 2019.

DALL'AGNOL, Augusto César. Debate (meta)teórico entre o Realismo Neoclássico e os Realismos Estruturais nas Relações Internacionais. **Revista Perspectiva**, v.8, n. 14 ,2015. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/RevistaPerspectiva/article/view/71231/40430>>. Acesso em:16 abr. 2019.

DANNREUTHER, Roland. Geopolitics and International Relations of Resources. In **Global Resources: Conflict and Cooperation**. Nova Iorque: Palgrave Macmillan, 2013.

DEMPSEY, Judy. The (German) Politics of Nord Stream 2. **Carnegie Europe**, 3 nov. 2016. Disponível em: <<https://carnegieeurope.eu/strategieurope/65028>>. Acesso em: 8 out. 2019.

EIA – U.S ENERGY INFORMATION ADMINISTRATION. **Country Analysis Brief: Russia**. 2017. Disponível em:

<<https://ec.europa.eu/eu2020/pdf/COMPLET%20EN%20BARROSO%20%20%20007%20-%20Europe%202020%20-%20EN%20version.pdf>>. Acesso em: 18 set. 2019.

EUROPEAN COMMISSION. **Key cross border infrastructure projects**. 2019. Disponível em: <<https://ec.europa.eu/energy/en/topics/infrastructure/projects-common-interest/key-cross-border-infrastructure-projects>>. Acesso em: 18 set. 2019.

EUROPEAN COMMISSION. Quarterly Report on European Gas Markets. **Market Observatory for Energy**, v. 2, n. 2, 2018. Disponível em: <https://ec.europa.eu/energy/sites/ener/files/documents/quarterly_report_on_european_gas_markets_q2_2018.pdf>. Acesso em: 28 ago. 2019.

EUROSTAT. **Energy production and imports**. 2019a. Disponível em: <<https://ec.europa.eu/eurostat/statistics-explained/pdfscache/1216.pdf>>. Acesso em: 5 set. 2019.

EUROSTAT. **Energy Statistics – an overview**. 2019b. Disponível em: <<https://ec.europa.eu/eurostat/statistics-explained/pdfscache/29046.pdf>>. Acesso em: 4 set. 2019.

EUROSTAT. **EU imports of energy products – recent developments**. 2019c. Disponível em: <https://ec.europa.eu/eurostat/statistics-explained/index.php?title=EU_imports_of_energy_products_-_recent_developments>. Acesso em: 4 set. 2019.

EUROSTAT. **Final Energy Consumption**. 2018. Disponível em: <https://ec.europa.eu/eurostat/databrowser/view/t2020_34/default/table?lang=en>. Acesso em: 4 set. 2019.

EUROSTAT. **Russia-EU – international trade in goods statistics**. 2019d. Disponível em: <https://ec.europa.eu/eurostat/statistics-explained/index.php/Russia-EU_%E2%80%93_international_trade_in_goods_statistics#EU_and_Russia_in_world_trade_in_goods>. Acesso em: 18 out. 2019.

FUSER, Igor. **Petróleo e Poder: o envolvimento militar dos Estados Unidos no Golfo Pérsico**. São Paulo: Ed. Unesp, 2008.

GALVÃO, Thiago Gehre. A indivisibilidade da segurança internacional. Meridiano 47 - **Journal of Global Studies**, v. 9, n. 96, p. 20-22, jun. 2008. Disponível em: <<http://periodicos.unb.br/index.php/MED/article/view/3261/2946>>. Acesso em: 24 jun. 2019.

GAZPROM. **PJSC Gazprom Annual Report**. S.d. Disponível em: <<https://www.gazprom.com/f/posts/67/776998/gazprom-annual-report-2018-en.pdf>>. Acesso em: 28 ago. 2019.

GAZPROM. **Unified Gas Supply System of Russia**. 2019. Disponível em: <<https://www.gazprom.com/about/production/transportation/>>. Acesso em: 4 set. 2019.

GIEDRAITIS, Vincentas. Power Lines and Pipe Dreams: Energy and Politics in Lithuania. **Lithuanian Quarterly Journal of Arts and Sciences**, v.53, n. 2, 2007.

Disponível em: <http://www.lituanus.org/2007/07_2_03%20Giedraitis.html>. Acesso em: 9 out. 2019.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 1996
GLEICK, Peter; EHRLICH, Anne H; CONCA, Ken. Resources and Environmental Degradation as Sources of Conflict. **Pugwash Occasional Papers**. V.2, n.3, p. 108-137, 2001.

GOLDMAN, Marshall. **PETROSTATE: Putin, Power, and the New Russia**. Nova Iorque: Oxford. 2008.

GRIGAS, Agnia. What will Merkel decide on Nord Stream 2? **Atlantic Council**, 17 ago. 2018. Disponível em: <<https://www.atlanticcouncil.org/blogs/new-atlanticist/what-will-merkel-decide-on-nord-stream-2/>>. Acesso em: 8 out. 2019.

HÖGSELIUS, Per. **Energy and Geopolitics**. Nova Iorque: Routledge, 2019.

HOLZ, Franziska et al. European Natural Gas Infrastructure: The role of Gazprom in European natural gas supplies. Politikberatung Kompact. Berlim: DIW, 2014.

IEA. **International Energy Agency**. 2019. Disponível em: <<https://www.iea.org/>>. Acesso em 20 jun. 2019.

INOZEMTSEV, Vladislav. Business as Usual: Russia Exhausts Its Reserve Fund. **Eurasia Daily Monitor**, v. 15, n. 8, jan. 2018. Disponível em: <<https://jamestown.org/program/business-usual-russia-exhausts-reserve-fund/>>. Acesso em: 18 set. 2019.

INTERNATIONAL GAS UNION. **2019 World LNG Report**. 2019. Disponível em: <https://www.igu.org/sites/default/files/node-news_item-field_file/IGU%20Annual%20Report%202019_23%20loresfinal.pdf>. Acesso em: 29 ago. 2019.

JATOBÁ, Daniel. **Teoria das Relações Internacionais**. São Paulo: Saraiva, 2013

KLARE, Michael. **Resource Wars: The New Landscape of Global Conflict**. Nova Iorque: Henry Holt and Company, 2002.

KORTEWEG, Rem. Energy as a tool of foreign policy of authoritarian states, in particular Russia. **Policy Department for External Relations**. 2018. Disponível em: <[http://www.europarl.europa.eu/thinktank/en/document.html?reference=EXPO_STU\(2018\)603868](http://www.europarl.europa.eu/thinktank/en/document.html?reference=EXPO_STU(2018)603868)>. Acesso em: 18 set. 2019.

KRAMER, Andrew. Arrest ordered for Russian oil entrepreneur, a critic of the Kremlin. **The New York Times**. 2007. Disponível em: <<https://www.nytimes.com/2007/08/29/business/worldbusiness/29oil.html>>. Acesso em 27 ago. 2019.

KRAMER, Andrew. Lithuanians Are Given a Taste of How Russia Plays the Oil Game. **The New York Times**, Moscou, 28 out. 2006. Disponível em: <<https://www.nytimes.com/2006/10/28/business/worldbusiness/28embargo.html>>. Acesso em: 3 out. 2019.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo, 2003.

LELYVELD, Michael. Russia: Moscow Seeks Takeover Of Latvian Oil Port. **Radio Free Europe**, 12 fev. 2003. Disponível em: <<https://www.rferl.org/a/1102205.html>>. Acesso em: 7 out. 2019.

MACFARQUHAR, Neil. **Gazprom Cuts Russia's Natural Gas Supply to Ukraine**. The New York Times, Moscou, 16 jun. 2014. Disponível em: <<https://www.nytimes.com/2014/06/17/world/europe/russia-gazprom-increases-pressure-on-ukraine-in-gas-dispute.html>>. Acesso em: 3 out. 2019.

MEARSHEIMER, John. Structural Realism. **International Relations Theories: Discipline and Diversity**. Oxford: Oxford University Press, 2006). Disponível em: <<https://mearsheimer.uchicago.edu/pdfs/StructuralRealism.pdf>>. Acesso em: 16 apr. 2019.

MEARSHEIMER, John. **The Tragedy of Great Powers Politics**. New York: Norton and Company, 2001.

MITE, Valentinas. Russia: Moscow Halts Oil Exports To Latvia's Ventspils, Seeks Ownership. **Radio Free Europe**, 10 jan. 2003. Disponível em: <<https://www.rferl.org/a/1101862.html>>. Acesso em: 7 out. 2019.

MOSCOW TIMES. **Russia's Reserve Fund Ceases to Exist**. 2018. Disponível em: <<https://www.themoscowtimes.com/2018/01/11/russias-reserve-fund-ceases-to-exist-a60157>>. Acesso em: 18 set. 2019.

MYERS, Steven. Russia Rebukes Estonia for Moving Soviet Statue. **The New York Times**, Moscou, 27 abr. 2007. Disponível em: <<https://www.nytimes.com/2007/04/27/world/europe/27cnd-estonia.html>>. Acesso em: 7 out. 2019.

NARDELLI, Alberto. Revealed: The Explosive Secret Recording That Shows How Russia Tried To Funnel Millions To The "European Trump". **BuzzFeed News**, 10 jul. 2019. Disponível em: <<https://www.buzzfeednews.com/article/albertonardelli/salvini-russia-oil-deal-secret-recording>>. Acesso em: 8 out. 2019.

NELSON, Soraya. Why Putin's Pal, Germany's Ex-Chancellor Schroeder, Isn't On A Sanctions List. **NPR**, 18 abr. 2018. Disponível em: <<https://www.npr.org/sections/parallels/2018/04/18/601825131/why-putins-pal-germanys-ex-chancellor-hasnt-landed-on-a-sanctions-list>>. Acesso em: 9 out. 2019.

NEW YORK TIMES. **Kremlin gets control of Gazprom**. Moscou, 17 jun. 2005. Disponível em: <<https://www.nytimes.com/2005/06/17/business/worldbusiness/kremlin-gets-control-of-gazprom.html>>. Acesso em: 18 set. 2019.

NEWHAM, Randall. Oil, carrots, and sticks: Russia's energy resources as a foreign policy tool. **Journal of Eurasian Studies**, v. 2, n.2, p. 134-143, jul. 2011. Disponível em: <<https://journals.sagepub.com/doi/pdf/10.1016/j.euras.2011.03.004>>. Acesso em: 24 ago. 2019.

NOGUEIRA, João Pontes; MESSARI, Nizar. **Teoria das relações internacionais: correntes e debates**. Rio de Janeiro: Elsevier Editora, 2005.

OECD - OBSERVATORY OF ECONOMIC COMPLEXITY. **Russia**. S.d. Disponível em: < <https://oec.world/en/profile/country/rus/> >. Acesso em: 29 ago. 2019.

OLIKER, Olga et al. **Russian Foreign Policy: Sources and Implications**. Santa Monica: RAND. 2009.

PARLAMENTO EUROPEU. **Importações de gás da UE: novas regras para os gasodutos de países terceiros**. 2019. Disponível em: <<https://www.europarl.europa.eu/news/pt/headlines/economy/20190328STO33742/importacoes-de-gas-da-ue-novas-regras-para-os-gasodutos-de-paises-terceiros>>. Acesso em: 18 set. 2019.

PAUTASSO, Diego. **China e Rússia no Pós-Guerra-Fria: Inserção Internacional e Transição Sistêmica**. Curitiba: Juruá, 2011

PETERS, Susanne. Coercive Western Energy Security Strategies: Resource Wars as a New Threat to Global Security. **The Geopolitics of Resource Wars**. vol. 9, n.1, p. 187-212, 2004.

PRODANOV, Cleber ; FREITAS, Ernani. C. **Métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

PUTNAM, Robert. Diplomacia e Política Doméstica: A lógica dos jogos de dois níveis. **Rev. Sociol. Polít.**, Curitiba, v. 18, n. 36, p. 147-174, jun. 2010.

RADIO FREE EUROPE. **Gazprom Takes Over KyrgyzGaz**. 2014. Disponível em: <<https://www.rferl.org/a/kyrgyzstan-gazprom-buys-kyrgyzgaz/25327986.html>>. Acesso em: 18 set. 2019.

REIS, Daniel Aarão. Rússia – política e estratégia. In: **II Conferência Nacional de Política Externa e Política Internacional** (Rio de Janeiro, 2007): O Brasil no Mundo que vem aí. Seminário: Rússia. Brasília. Fundação Alexandre de Gusmão, 2008. p. 49-77.

ROSE, Gideon. Review: Neoclassical Realism and Theories of Foreign Policy. **World Politics**, v. 51, n. 1, p. 144-172. 1998.

ROSS, Michael. The Political Economy of the Resource Curse. **World Politics**, v. 51, n. 2, p. 297–322. 1999.

RÜHL, Christof. Global Energy After the Crisis. **Foreign Affairs**, v. 89, n.14, p. 63-75. mar. 2010.

RÚSSIA. Ministério das Finanças. **Accumulation**. Disponível em: <<https://www.minfin.ru/en/key/nationalwealthfund/accumulation/>>. Acesso em: 17 set. 2019. S.d.

RÚSSIA. Ministério das Finanças. **Volume of the National Wealth Fund**. 2019b. Disponível em:

<https://www.minfin.ru/common/upload/library/2019/10/main/Volume_of_the_National_Wealth_Fund_01_10_2019.docx>. Acesso em: 17 set. 2019.

RUTHLAND, Peter. The Political Economy of Energy in Russia. In: **The International Political Economy of Oil and Gas**. Londres: Palgrave Macmillan, 2018

SEGRILLO, Angelo. Rússia: economia e sociedade. In: **II CONFERÊNCIA NACIONAL DE POLÍTICA EXTERNA E POLÍTICA INTERNACIONAL**. 2008, Brasília: Fundação Alexandre Gusmão, 2008.

SOUTHERN GAS CORRIDOR. **Página Inicial**. 2019. Disponível em: <<https://www.sgc.az/en>>. Acesso em: 18 set. 2019.

STEGEN, Karen. Deconstructing the “energy weapon”: Russia’s threat to Europe as case study. **Energy Policy**, v. 39, n.10, p. 6505-6513, jul. 2011. Disponível em: <<https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0301421511005866>>. Acesso em: 18 set. 2019.

SULEJMANOVIĆ, Aida. **The Role of Energy in EU-Russian Relations**. Tese (Mestrado em Relações Internacionais) - Faculty of Economic and Administrative Sciences, Hacettepe University Graduate School of Social Sciences. Ankara, p. 134. 2014.

TABATA, Shinichiro. The Russian Stabilization Fund and Its Successor: Implications for Inflation. **Eurasian Geography and Economics**, v. 48, n. 6, pp. 699–712, 2007. Disponível em: <<http://shinshinkotoni.g2.xrea.com/pdf/PSG48n06.pdf>>. Acesso em: 18 set. 2019.

TALIAFERRO, Jeffrey. Security Seeking Under Anarchy. **International Security**, v. 25, n. 3, p. 128-161. 2000-2001. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/2626708>>. Acesso em: 22 maio 2019.

THE GUARDIAN. **Russia-Ukraine gas crisis intensifies as all European supplies are cut off**. 7 jan. 2009. Disponível em: <<https://www.theguardian.com/business/2009/jan/07/gas-ukraine>>. Acesso em: 9 out. 2019.

THE LOCAL. **Nord Stream gift prompts bribery probe**. 19 fev. 2009. Disponível em: <<https://carnegieeurope.eu/strategieurope/65028>>. Acesso em: 8 out. 2019.

TRANS ADRIATIC PIPELINE. **Southern Gas Corridor**. 2019. Disponível em: <<https://www.tap-ag.com/the-pipeline/the-big-picture/southern-gas-corridor>>. Acesso em: 18 set. 2019.

TRANSNEFT. **Company**. S.d. Disponível em: <<https://en.transneft.ru/about/>>. Acesso em: 28 ago. 2019.

TRANSNEFT. **Scheme pipelines Transneft**. S.d. Disponível em: <<https://en.transneft.ru/pipelines/>>. Acesso em: 28 ago. 2019.

WALTZ, Kenneth. **O Homem o Estado e a Guerra**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

WALTZ, Kenneth. **Theory of International Politics**. London: Addison-Wesley Publishing Company, 1979.

WATSON, Ivan; TKACHENKO, Maxim. **Russia, Ukraine agree on naval-base-for-gas deal**. CNN, Moscou, 21 abr. 2010. Disponível em: <<http://edition.cnn.com/2010/WORLD/europe/04/21/russia.ukraine/index.html>>. Acesso em: 2 out. 2019.

WENGER, Andreas. **Russia's energy power: Implications for Europe and for transatlantic cooperation**, in: Russian Energy Power and Foreign Relations. Nova Iorque: Routledge, 2009.

WORLD BANK. **GDP growth (annual %) - Russian Federation**. 2019a. Disponível em: <<https://data.worldbank.org/indicator/NY.GDP.MKTP.KD.ZG?locations=RU>>. Acesso em: 3 set. 2019.

WORLD BANK. **Oil rents (% of GDP)**. 2019b. Disponível em: <<https://data.worldbank.org/indicator/NY.GDP.PETR.RT.ZS>>. Acesso em: 3 set. 2019.

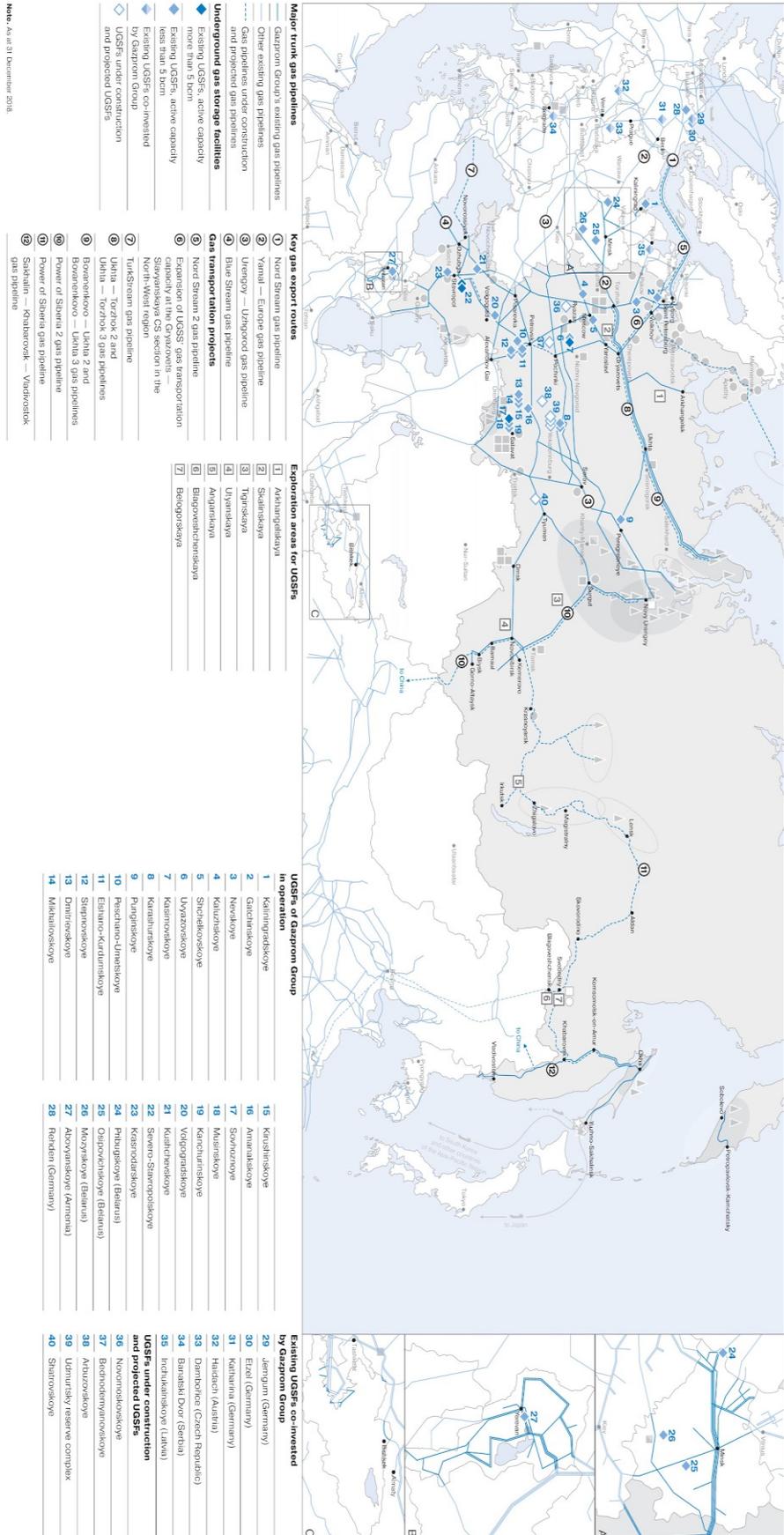
WORLD BANK. **Total reserves minus gold (current US\$) - Russian Federation**. 2019c. Disponível em: <<https://data.worldbank.org/indicator/FI.RES.XGLD.CD?locations=RU>>. Acesso em: 17 set. 2019.

YERGIN, Daniel. **A Busca: Energia, segurança e a reconstrução do mundo moderno**. Rio de Janeiro: Editora Intrínseca. 2014.

ZHDANNIKOV, Dmitry. Russia halts Estonia fuel transit amid statue row. **Reuters**, 2 maio 2007. Disponível em: <<https://www.reuters.com/article/us-russia-estonia-energy/russia-halts-estonia-fuel-transit-amid-statue-row-idUSL0264696120070502>>. Acesso em: 8 out. 2019.

ZOLOTOVA, Ekaterina, 2019. Moscow Eyes Its Sovereign Wealth Fund. **Geopolitical Futures**, 25 jun. 2019. Disponível em: <<https://geopoliticalfutures.com/moscow-eyes-its-sovereign-wealth-fund/>>. Acesso em: 3 set. 2019.

Anexo 1 – O Sistema de Fornecimento de Gás Unificado



Fonte: GAZPROM (2019)

Anexo 2 - Tabela de Conversão de Unidades

Múltiplos de unidades de energia						
	x10 ³	x10 ⁶	x10 ⁹	x10 ¹²	x10 ¹⁵	x10 ¹⁸
joule	kJ	MJ	GJ	TJ	PJ	EJ
British Thermal Unit (Btu)	kBtu	MBtu	GBtu	TBtu	PBtu	EBtu
caloria (cal)	kcal	Mcal	Gcal	Tcal	Pcal	Ecal
tonelada equivalente de petróleo (tep)	ktep	Mtep	Gtep	Ttep	Ptep	Etep
watt-hora (Wh)	kWh	MWh	GWh	TWh	PWh	EWh

Relações entre unidades		
Exponenciais	Equivalências	Relações Práticas
(k) kilo = 10 ³	1 m ³ = 6,28981 barris	
(M) mega = 10 ⁶	1 barril = 0,158987 m ³	1 tep ano = 7,2 bep ano
(G) giga = 10 ⁹	1 joule = 0,239 cal	1 bep ano = 0,14 tep ano
(T) tera = 10 ¹²	1 Btu = 252 cal	1 tep ano = 0,02 bep dia
(P) peta = 10 ¹⁵	1 m ³ de petróleo = 0,872 t (em 1994)	1 bep dia = 50 tep ano
(E) exa = 10 ¹⁸	1 tep = 10.000 Mcal	

Fatores de conversão para massa					
de » para	Multiplicar por				
	kg	t	tl	tc	lb
quilograma (kg)	1,0	0,001	0,000984	0,001102	2,2046
tonelada métrica (t)	1.000,0	1,0	0,984	1,1023	2.204,6
tonelada longa (tl)	1.016,0	1,016	1,0	1,120	2.240,0
tonelada curta (tc)	907,2	0,9072	0,893	1,0	2.000,0
libra (lb)	0,454	0,000454	0,000446	0,0005	1,0

Exemplo de utilização: 1 kg = 2,2046 lb

Fatores de conversão para volume						
de » para	Multiplicar por					
	m ³	L	gal (EUA)	gal (RU)	bbl	pé ³
metro cúbico (m ³)	1,0	1.000,0	264,2	220,0	6,289	35,3147
litro (L)	0,001	1,0	0,2642	0,22	0,0063	0,0353
galão (EUA)	0,0038	3,785	1,0	0,8327	0,02381	0,1337
galão (RU)	0,0045	4,546	1,201	1,0	0,02859	0,1605
barril (bbl)	0,159	159,0	42,0	34,97	1,0	5,615
pé cúbico (pé ³)	0,0283	28,3	7,48	6,229	0,1781	1,0

Exemplo de utilização: 1 bbl = 159,0 L

Fatores de conversão para energia					
de » para	Multiplicar por				
	J	Btu	cal	kWh	tep
joule (J)	1,0	947,8 x 10 ⁶	0,23884	277,7 x 10 ⁻⁹	2,388 x 10 ⁻¹¹
British Thermal Unit (Btu)	1,055 x 10 ³	1,0	252,0	293,07 x 10 ⁻⁶	2,52 x 10 ⁻⁶
caloria (cal)	4,1868	3,968 x 10 ⁻³	1,0	1,163 x 10 ⁻⁶	10 ⁻¹⁰
quilowatt-hora (kWh)	3,6 x 10 ⁶	3.412,0	860,0 x 10 ³	1,0	8,6 x 10 ⁻⁵
tonelada equivalente de petróleo (tep)	41,87 x 10 ⁹	39,68 x 10 ⁶	10,0 x 10 ⁹	11,63 x 10 ³	1,0

Exemplo de utilização: 1 J = 277,7 x 10⁻⁹ kWh

Fonte: ANEEL (S.d)